

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRENDA MIYAJI

**AS TRANSFORMAÇÕES QUE CULMINARAM NO DESENVOLVIMENTO DO
CAMPO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O CASO DO
INSTITUTO ETHOS**

FLORIANÓPOLIS, 2016

BRENDA MIYAJI

**AS TRANSFORMAÇÕES QUE CULTIVARAM NO DESENVOLVIMENTO DO
CAMPO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O CASO DO
INSTITUTO ETHOS**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota **8,5** à aluna **BRENDA MIYAJI** na disciplina CNM 7107 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa
(Orientador)
(UFSC)

Profª. Dra. Carmen Rosario O. G. Gelinski
(UFSC)

Prof. Dr. Gueibi Peres Souza
(UFSC)

FLORIANÓPOLIS, 2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a minha família, não apenas a de sangue, mas também a de coração. Sou grata a meus pais, meus irmãos e a todos meus amigos que, mesmo à distância, me mantiveram forte para superar todos os obstáculos que a vida me impôs, sendo meu porto seguro, meu ombro amigo ou a mão que me levantou. Obrigada por todo amor, carinho e paciência, por me acompanharem nesta trajetória e fazerem parte da minha vida.

Agradeço também aos meus professores, por compartilharem seus conhecimentos e vivências, por me instruírem e me orientarem para minha formação. Ao professor Armando, principalmente, que nesta jornada final se mostrou disposto a me ajudar e me aconselhar, estando apto a fornecer informações e ouvir minhas ideias.

Por fim, sou grata a esses cinco anos de Universidade, pelo crescimento pessoal que me foi permitido, pelo conhecimento adquirido e por toda a felicidade compartilhada.

“Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida”.

(Trecho final da Carta da Terra, 2000)

RESUMO

As insatisfações e lutas populares, somadas à incapacidade do Estado em gerir os problemas sociais, culminaram com o questionamento das responsabilidades que cada entidade civil desempenhava em prol do bem comum. As companhias foram cobradas a se redimir face aos impactos que causavam, tendo que assumir, dessa maneira, obrigações para com a sociedade. Passam a agregar programas de políticas sociais a sua forma de gestão, rompendo com o padrão vigente e marcando a instauração de uma nova visão para o desenvolvimento, a cultura de Responsabilidade Social Empresarial. Sob o propósito de expor a evolução desta temática, na presente monografia, elaborou-se uma revisão histórica e bibliográfica, apresentando desde os períodos que levaram a sua formação até o progresso em seus conceitos. Procurou-se, também, estabelecer um maior entendimento acerca das críticas aclamadas, apontando certas falhas e dificuldades encontradas no sistema, e ainda, afirmar a existência da RSE através da elucidação do Instituto Ethos. Por fim, foi possível verificar que o campo se encontra em estágio probatório e poucos são os resultados efetivos, há a necessidade de um maior controle sobre as ações empresariais para um futuro mais consistente.

Palavras-chave:

Responsabilidade Social Empresarial. Filantropia. Instituto Ethos. Público e Privado.

ABSTRACT

Dissatisfactions and popular struggles, coupled with the state's inability to manage the social problems led to the questioning of the responsibilities that each civil organization played in favor of the common good. The companies were charged to redeem himself in the face of impacts caused, and to assume, in this way, obligations to society. They begin to add social policy programs their style of management, marking the introduction, breaking with the current standard and marking the beginning of a new vision for the development, the culture of Corporate Social Responsibility. In order to expose the evolution of this issue in the present monograph, elaborated a historical and bibliographical review, with long periods that led to its formation, to progress in their concepts. He tried to also establish a greater understanding of critical acclaimed and prevailing doubts, pointing out the shortcomings and difficulties encountered in the system. And finally, it was intended to affirm the existence of CSR through the elucidation of the Ethos Institute. Finally, we found that the field is on probation and there are few effective results, there is the need for greater control over corporate actions for more consistent future.

Key words:

Corporate Social Responsability. Philanthropy. Ethos Institute. Public and Private.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
EUA	Estados Unidos da América
GE	<i>General Electric</i>
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GRI	<i>Global Report Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>
URSS	União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Empresas Associadas ao Instituto Ethos Distribuídas por Estado
Tabla 2	Porte das Empresas Associadas ao Instituto Ethos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura do Questionário Indicadores Ethos
Figura 2	Exemplo Questão de Profundidade Indicadores Ethos
Figura 3	Exemplo Questão Binária Indicadores Ethos
Figura 4	Exemplo Questão Quantitativa Indicadores Ethos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2. OBJETIVO	13
1.2.1. Objetivo Geral.....	13
1.2.2. Objetivos Específicos.....	14
1.3. JUSTIFICATIVA	14
1.4. METODOLOGIA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1. DAS POLÍTICAS KEYNESIANAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO	18
2.2. A VISÃO NEOLIBERAL	23
2.2.1. O Governo.....	24
2.2.2. A Empresa.....	25
2.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL	27
2.3.1. A CRIAÇÃO DO NOVO PADRÃO DA RSE	28
2.3.2. O CONCEITO DE STAKEHOLDERS	31
2.3.3. NOVA LÓGICA EMPRESARIAL OU CAPITALISMO SE AJUSTANDO AO NOVO CENÁRIO?.....	32
3. INSTITUTO ETHOS E A CONSOLIDAÇÃO DA RSE	36
3.1. BREVE HISTÓRICO DA RSE NO BRASIL.....	37
3.2. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ETHOS.....	39
3.3. ATUAÇÃO DO INSTITUTO	44
3.3.1. Indicadores Ethos	44
3.3.2. GRI e Pacto Global	48
3.3.3. Conferência Ethos	49
3.3.4. ISO 26000	50
3.3.5. Substituição do Estado?	51
3.4. RUMO À UM FUTURO MAIS CONSISTENTE	52
4. CONCLUSÃO.....	54
5. REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

O papel da empresa perante a sociedade sofreu um amplo processo de transformação. A sua intrínseca busca pelo lucro, máxima que devia ser seguida por sua gestão, se tornou insuficiente. A população clamava por mudanças e se via cada vez mais insatisfeita com a conduta das companhias (ROBERTO, 2006). Os danos consequentes das atividades produtivas chegavam à um patamar não favorável, as condições de vida instauradas eram precárias e o meio ambiente degradado (MILANEZ, 2003).

Torna-se necessária, então, uma revisão face ao comportamento das corporações, era preciso uma reavaliação de suas responsabilidades frente aos impactos que causavam. As companhias deveriam ter preocupações para além de seus ganhos econômicos, tinham também que contribuir em prol do bem-estar comum. As empresas foram chamadas a assumir obrigações sociais que antes eram de caráter público, passando a ter uma atuação mais proativa e filantrópica na comunidade, suas ações foram colocadas em pauta e percebidas como de suma importância para o desenvolvimento das nações (BORGER, 2001).

Forma-se, dessa maneira, uma nova configuração organizacional, onde se aproximou as esferas estatais e privadas no intuito de promover uma atuação conjunta à favor do progresso mundial (MACHADO, 2012).

1.1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O debate acerca da responsabilidade social empresarial é muito difundido e os ideais trazidos por este conceito está sendo fortemente propagado nos últimos tempos. Contudo, vale ressaltar que ainda não existe um consenso com relação à definição do termo. “A amplitude do tema é, possivelmente, um dos fatores da dificuldade em precisar as definições e o âmbito da Responsabilidade Social Empresarial” (ALIANÇA CAPOAVA, 2010, p.9).

A concepção mais adotada é a de que as empresas privadas passam a incorporar em suas agendas um conjunto de ações voluntárias para combater problemas da sociedade, baseada em valores éticos que ultrapassam as expectativas econômicas e visam o bem-estar social.

Entretanto, segundo Garcia (2004), há quem concorde e quem discorde dessa teoria. Os defensores, dizem ser uma saída aos males que afetam a sociedade contemporânea como:

“gastos sociais altos e ineficientes, crise de confiança nas instituições públicas, apatia e falta de solidariedade social, importância de redefinir a função social das empresas e do papel do mercado, entre outras” (p.30).

Já os que vão contra, não veem nela mais do que um marketing empresarial, onde as empresas não estariam reconfigurando suas funções para além da busca do lucro, mas apenas encontrando uma nova forma de ganhar competitividade no mercado.

Julgo estarmos vivendo um momento importante de renascimento moral, no esboçar de uma nova conscientização. Nesse sentido, as boas intenções são válidas como início de processo. (...) A conscientização tem esse mérito: provoca desconforto com relação as situações negativas vigentes. É imprescindível, todavia, que existam alternativas concretas, atitudes e comportamentos que denotem mudanças significativas (MATOS, 2007, p.123).

Na sua origem a empresa capitalista ao produzir bens, prover serviços, gerar empregos e dar retorno aos seus acionistas já estava cumprindo a sua responsabilidade para com a sociedade. Com o decorrer do tempo, devido a movimentos sindicais ganhando forças no século XX, o desenvolvimento tecnológico industrial, a degradação do meio ambiente, essas responsabilidades se tornaram obrigações para que novas concepções tomassem seu lugar.

O ganho de consciência social fez das empresas responsáveis pelos seus impactos diretos a terceiros, pelos efeitos de suas atividades na sociedade. Por isso, a necessidade de levar em consideração os fatos sociais e ambientais não é mais uma possibilidade, mas uma realidade das empresas (BORGER, 2001).

Assim sendo, em sintonia com os questionamentos feitos por Frigoto (1995), “os homens de negócios mudaram suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente dentro da relação capitalista, sem, contudo, alterar a natureza desta relação?” (p.55), a pergunta que se realiza neste trabalho é: porque as empresas mudaram seu comportamento para uma atuação mais socialmente responsável?

1.2. OBJETIVO

1.2.1. Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a formação da Responsabilidade Social Empresarial como o novo paradigma crescente dentro da sociedade capitalista,

expondo, dessa forma, a transformação no papel das empresas no interior da organização civil.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Descrever os fatos, dentro da ótica referencial, que resultaram na evolução dos valores sociais e na responsabilização empresarial sobre seus impactos;
- Expor as mudanças históricas que envolveram a transformação da empresa capitalista em seu cerne;
- Apresentar o trabalho do Instituto Ethos com o intuito de exemplificar a consolidação da cultura de RSE;
- Retratar as principais críticas e dúvidas que acometem a temática;

1.3. JUSTIFICATIVA

A participação das empresas privadas no âmbito social vem crescendo, a cultura empresarial baseada exclusivamente no lucro está sendo repensada, o julgamento negativo sobre esta forma de agir das empresas capitalistas fez o empresariado atrelar cada vez mais seus nomes a ideia de responsabilidade social. Buscando, assim, uma nova imagem a seu favor, mais consciente e politizado como diferencial na lógica competitiva de mercado (BORGER, 2001).

Por outro lado, a contribuição empresarial traz melhores resultados para o campo de engajamento político, melhorando a eficiência das ações sobre as questões sociais e gerando uma consciência em torno da ideia de responsabilidades sociais compartilhadas.

A campanha em torno da responsabilidade social corporativa faz parte da agenda do mundo globalizado desde meados da década de 1980. Sua origem, entretanto, não é única, nem sincrônica nos diferentes países que a adotaram. Tal como outros fenômenos que já não obedecem a uma circunscrição territorial, ela aparece como uma medida necessariamente desejável, independente do modelo que a inspira ou dos distintos padrões de interação entre o Estado e o mercado (GARCIA, 2004, p.7).

“A combinação entre interesses privados e virtudes públicas está em alta no mundo dos negócios” (GARCIA, 2004, p.7), no campo econômico muito se fala sobre o assunto, mas

pouco se tem concluído sobre a responsabilidade social empresarial, por isso a necessidade de buscar em seu íntimo de que maneira esta mudança conceitual, estratégica, filosófica e política ganhou forças e conseguiu redefinir o comportamento e cultura empresarial, assim como sua visibilidade na sociedade.

1.4. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho há três tipos de pesquisa que podem ser seguidas: descritiva, explicativa ou exploratória. A descritiva tem como objetivo a identificação da existência ou não de uma relação entre as variáveis pesquisadas, podendo também buscar a natureza dessa relação. Já a explicativa é mais complexa e delicada, exige mais atenção do pesquisador, pois pretende apontar os fatores que levaram a ocorrência de determinados fenômenos. E a exploratória propõe aprimorar ideias ainda embrionárias para assim tornar o problema mais explícito (GIL, 2002).

A natureza deste trabalho, como pode-se concluir, será exploratória. Uma vez que o universo em torno da responsabilidade social empresarial ainda é relativamente limitado e o assunto, por ser ainda consideravelmente recente, pouco se tem concluído sobre sua trajetória e resultados toma-se como objetivo desenvolver as ideias em torno do objeto de pesquisa e até mesmo questionar conceitos pouco investigados.

Desta maneira, pretende-se buscar um novo olhar para como é colocada a visão sobre as empresas capitalistas, a responsabilidade social e o voluntariado. Identificando através de um olhar teórico e histórico como se deu a evolução dos conceitos e a mudança das ações tanto das empresas, quanto da sociedade.

“As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p.44). Por isso, o estudo realizado no referencial teórico se desenvolverá, principalmente, sob essas fontes.

Contudo, como utilizaremos um exemplo para clarear a ideia da nova cultura emergente, a pesquisa documental também será aplicada. Ela “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. [...] mas vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.46).

Com relação a estruturação do trabalho, para melhor investigação do assunto, divide-se a pesquisa em três capítulos. No primeiro segue o referencial teórico, onde propõe-se observar através da história e da evolução dos ideais econômicos, a instauração de uma nova cultura de responsabilidade social empresarial e, tomando como base os pensamentos de Friedman, pretende-se expor qual o compromisso da empresa perante a sociedade e o papel do governo numa economia livre.

Num segundo capítulo, procura-se trazer uma discussão acerca da ideologia resgatada pela Responsabilidade Social Empresarial (RSE), conduzindo a moral e a ética para o centro da gestão empresarial. No terceiro, exemplificar essas novas ações sociais no mundo capitalista e mostrar seu ganho de sistematização e uniformidade dentro da organização social, apresentando, dessa forma, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Ethos no Brasil. Por fim, são feitas as considerações finais num último capítulo, afim de expor as conclusões do trabalho.

Assim, a pesquisa toma um cunho qualitativo onde os dados numéricos não são o centro das preocupações do texto, mas sim a inferência como forma de explorar e se aprofundar no assunto (GIL, 2002).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tem se observado, há algum tempo, uma emergente e rápida difusão do envolvimento de empresas com os problemas sociais, havendo um fomento em torno da ideia de responsabilização por parte das companhias pelos danos que causam à sociedade e ao meio ambiente. O ativismo social que traduz esse comportamento busca casar a eficácia da racionalidade do capital com a prática solidária, conduzindo um novo entendimento para o termo “Responsabilidade Social Empresarial” (RSE).

A maior participação das empresas no âmbito social aparece de maneira complexa e dinâmica, abrangendo diferentes significados em diferentes contextos. É permeado por uma luta de classes, na qual interesses públicos são contrapostos aos privados, esquecendo-se, muitas vezes, de considerar a possibilidade de convergência entre eles.

Deste modo, dependendo do enfoque dado, o movimento pode ser considerado como uma ampliação da cidadania ativa e da democracia na sociedade (BORGER, 2001), ou então, como uma falsa preconização do ganho de consciência por parte do empresariado, derivado de um projeto político neoliberal de desresponsabilizar o Estado de suas funções sociais (MONTAÑO, 2002).

Mesmo que mediado por essa disputa, não se pode deter-se a apenas uma ótica. Estamos diante de um fenômeno que tende a acabar com a rigidez da separação mercado, Estado e cidadão, uma nova organização social onde as esferas não são mais independentes e dirigidas por suas próprias lógicas (LISBOA, 2000). As empresas deixam de ser apenas firmas capitalistas clássicas e se transformam em atores mistos dentro da organização social.

Toda grande empresa é, por definição, social. Ou é social ou é absolutamente antissocial e, portanto, algo a ser extirpado da sociedade. Uma empresa que não leve em conta as necessidades do país, que não leve em conta a crise econômica, que seja absolutamente indiferente a miséria e ao meio ambiente, não é uma empresa, é um tipo de câncer (SOUZA, 1994, p.22).

Com a retomada do liberalismo econômico e a necessidade do sistema capitalista em reduzir gastos, vários postos de trabalho foram suprimidos, o descaso com os trabalhadores e o caráter descartável atribuído aos empregados foram potencializados. A imagem da empresa ficou arranhada, o proletariado indignado e a sociedade com sede de melhorias. Os programas de RSE foram a forma que várias empresas encontraram de aliviar a tensão existente entre eles, marcando o declínio das formas tradicionais de repressão como solução aos descontentamentos populares.

Sob um contexto de políticas públicas ineficientes e excludentes onde o Estado é tido como incapaz, a expansão do campo de RSE se torna cada vez mais relevante para o desenvolvimento da sociedade. O que era dever público, agora passa a ser também de incumbência privada, e o que ficava somente à cargo das empresas, difunde-se nos interesses coletivos, marcando uma reformulação dos compromissos de cada ator perante a sociedade. Assim é formada uma aliança em prol do bem comum, rumo ao desenvolvimento.

Como coloca Lisboa (2000), “saímos de uma era do conflito entre a empresa e o dinheiro versus a defesa dos interesses sociais; entre Estado e as organizações civis e entramos numa fase de cooperação e de aproximações inéditas entre diferentes atores” (p.27), e complementando com Dowbor (1999), “não se trata da vitória de um sobre o outro, mas do surgimento de uma resultante que tira um pouco de cada um, mas constrói algo novo” (p.62).

O comportamento das pessoas mudou, as exigências se tornaram cada vez maiores, assim como a pressão frente a solução dos impactos que as empresas geram na sociedade. Por isso os conceitos também tiveram que ser revistos e as obrigações repensadas.

Neste capítulo, será contextualizado o surgimento desta nova visão da RSE, no intuito de apresentar a evolução histórica que possibilitou o desenvolvimento deste campo. Toma-se como base o intervalo dos anos 40 até início dos 70, com as políticas keynesianas, intervenção estatal e proteção social através do Estado de bem-estar; e a partir dos anos 70, no novo cenário de crises e volta do ideal liberal, o enaltecimento do individualismo e a descentralização das políticas públicas.

Também será apresentada, seguindo a linha de pensamento de Friedman, a visão liberal das funções do governo e empresa na sociedade. Delineando, assim, o que ficava à cargo de quem e quais as transformações que ocorreram conforme o crescimento da nova cultura empresarial de responsabilidade social.

Portanto, aqui pretende-se expor as características intrínsecas do período e o desenvolvimento das convicções sociais que levaram ao fortalecimento de uma visão mais altruísta e menos egoísta do empresariado com o passar do tempo.

2.1. DAS POLÍTICAS KEYNESIANAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO

Ao longo do tempo, as escolas de pensamento econômico afastaram a participação do Estado na organização da economia, presumiam uma maior liberdade ao mercado sem a

regulamentação governamental. Este projeto político instaurado até final do século XX era a antiga ordem liberal.

Sua decadência tem início após primeira guerra mundial, quando estoura em 1929 a crise de superprodução nos EUA, levando à quebra da bolsa de valores, falência de muitas empresas, bancos devedores e boa parte da população desempregada. Com o agravamento da situação, o presidente eleito na época, Roosevelt, elabora um plano para aliviar as tensões do período. Nomeado como *New Deal*, o acordo deu ao Estado o dever de fiscalizar, vigiar e disciplinar o mercado, colocando em pauta a intervenção pública na economia e indo contra a orientação ideológica vigente até momento.

Essa perda de forças da teoria liberal é confirmada com o fim da segunda guerra mundial, quando os países beligerantes preocupados com a reconstrução de seu território, também enxergam a necessidade da participação do governo nas decisões de investimento. Surge, então, um tipo de coordenação entre países líderes do mundo para evitar que novos eventos como aqueles voltassem a se repetir, concordavam que a depressão enfrentada deixou valiosas lições, resultando na Conferência de *Bretton Woods*.

O acordo fundado nesta reunião teve como objetivo elucidar parâmetros que conduziriam a economia mundial pós-depressão, implementando, por conseguinte, um gerenciamento econômico internacional e regras para controle das relações comerciais e financeiras entre os países. Sua constituição foi a afirmação de uma crença comum no capitalismo intervencionista, indicando mais uma brecha para que as teorias keynesianas ganhassem espaço e se consolidassem.

Desencadeada a convicção de que os destinos dos cidadãos não deveriam estar inteiramente sujeitos à instabilidade relativa às forças de mercado, somada à demanda da sociedade por políticas públicas que promovessem o crescimento econômico, visassem a diminuição do desemprego e a elevação do nível de proteção social, o Estado efetiva sua posição de interventor e mediador. Com a relegitimação no papel do governo, ligando-o à novas bases econômicas, políticas e ideológicas, caracterizou-se o modelo de sistema conhecido como Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

Segundo Draibe (1990), o Estado de bem-estar social é

[...] uma forma particular de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou

indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora (p.2).

No intuito de garantir à população um certo grau de bem-estar são estabelecidos padrões mínimos de qualidade de vida, o Estado incorpora a provisão de serviços sociais e a elaboração de políticas monetárias e fiscais voltadas ao pleno emprego (VIANNA, 1998). Assim, aumenta-se cada vez mais os gastos governamentais em políticas sociais, culminando, neste ponto, com a perda do seu antigo caráter emergencial focalizado nos excluídos, e conquistando a qualidade de direito político perante toda a sociedade (ROBERTO, 2006).

No período que se segue, após implementação das políticas do *Welfare State*, projeta-se uma reconciliação entre trabalhadores e empresários e uma segurança frente as incertezas produzidas pelo mercado, abrindo, deste modo, espaço para um ambiente fértil onde a economia podia prosperar. A melhora é constatada por Ferrari Filho (1997): “nunca se teve resultados econômicos tão favoráveis em relação as taxas de crescimento do produto e do nível de emprego, de comportamento inflacionário e de estabilidades de taxas de juros e câmbio” (p.56). Contudo, ao criar condições para esta harmonia social, o Estado de bem-estar é acusado de corroborar com a acumulação do capital.

Posto isso, surgem muitas críticas relacionadas à sua verdadeira finalidade, é pressuposto uma colaboração do novo sistema com a expansão do modo de produção capitalista contemporâneo. Desconfia-se estar associado às tendências de sua própria dinâmica e crises cíclicas, servindo apenas como padrão de financiamento público para produção e reprodução da força de trabalho.

Ainda assim, mesmo que relacionando a implantação do *Welfare State* apenas às situações de crise, é conveniente considerar que é face as dificuldades encontradas durante um certo tempo que levam à reformulação do contrato social. Evoluindo os tratados gradativamente, encaminhando-os para uma melhor articulação entre os diferentes interesses e assegurando uma maior cidadania conforme o tempo (ROSANVALLON, 1981).

Mais que funcional, o *Welfare State* é um desdobramento necessário da dinâmica de evolução dessas sociedades [...] a emergência de programas sociais não é o resultado de escolhas, posto que as alternativas de políticas são pequenas. São as condições econômicas e sociais que determinaram a emergência do *Welfare State* (ARRETCHE, 1995, p. 16).

É necessário o reconhecimento de uma perspectiva política positiva sobre a medida de igualdade representada pelo pertencimento à comunidade. “Estar no mesmo barco”, a noção compartilhada por todos que embasa a solidariedade e o *Welfare*

State social-democrático, requer que todos estejam realmente e se reconheçam como estando no mesmo barco (VIANNA, 1998, p. 28).

Muitas aquisições foram alcançadas no sentido da maior participação ativa e concessão de direito à população, seus anos dourados deram aos trabalhadores mais voz e confiança, o compromisso com a igualdade foi propagado e a pressão popular alcança o que lhes era almejado. Contudo, para financiamento das práticas públicas de cunho social eram crescentemente empregadas altas taxas de impostos às empresas, elas por sua vez, se mostravam cada vez mais insatisfeitas com a conduta, até o momento em que a carga tributária atinge níveis que afetam a lucratividade e desempenho do setor privado resultando em pressões políticas para o fim do Estado de bem-estar (VICENTE, 2009).

A consequência imediata aparece em meados da década de 70, quando o crescimento econômico mundial cai pela metade. Reforçado pelas duas crises do petróleo, a primeira em 1973 e a segunda em 1979, as altas taxas de inflação e os preocupantes índices de estagnação acometem os países. O Estado é tido como ineficiente, a regulação governamental impede o perfeito e livre desempenho da economia, “o Estado de bem-estar social adquiriu a imagem de mau administrador da economia, com a conseqüente desmoralização e a acusação de ser inoperante, constituindo um empecilho para o progresso econômico” (VICENTE, 2009, p.126).

A performance de baixo crescimento com aceleração inflacionária e desequilíbrios financeiros dos Estados parece ter gerado um conflito entre política econômica e política social destruindo aquele “círculo virtuoso pós-guerra”. Mais ainda, parece ter sido definitivamente abalado o consenso quanto a possibilidade de se assegurar o crescimento econômico conjugado com a tentativa de contestar a tendência da desigualdade e injustiça sociais através de transferências de renda e gastos do governo. [...] pareceria ter diminuído a crença na capacidade de gerenciamento, pelo Estado, dos vários desequilíbrios, dado o declínio da capacidade de governar, seja por envelhecimento dos mecanismos de política, seja pela profunda crise de confiança que afeta a relação governantes-governado (HENRIQUE & DRAIBE, 1987, p.3).

Relata-se que as despesas sociais crescem mais do que as receitas governamentais, culminando em gigantescas dívidas públicas, que se tornam insustentáveis no longo prazo (ROSANVALLON, 1981). Por isso o corte de gastos passa a ser essencial para saúde das finanças estatais, e agora o governo deve ater-se apenas a manutenção de um ambiente estável economicamente e propício ao investimento, as políticas assistenciais o sobrecarregavam.

Instaura-se uma nova configuração capitalista e a volta dos ideais liberais, o discurso econômico e político trazido à tona encaminhava a economia para uma liberdade absoluta de mercado, restringindo o poder do Estado para regulação apenas quando fosse imprescindível.

Defende-se a livre-iniciativa e a valorização das organizações econômicas, a fim de dinamizar a estrutura internacional.

“A comunidade do desenvolvimento reconheceu que o desenvolvimento exige Estados eficazes e competentes, não para possuir ou operar fábricas, mas para ajudarem os mercados a funcionarem de forma eficiente e cobrirem hiatos deixados por eles” (BANCO MUNDIAL apud ROBERTO, 2006, p.12).

Concomitantemente, o período é marcado pela globalização, o encurtamento de distâncias é possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico e pela introdução de inovações, os negócios passam a ser realizados em escalas antes inimagináveis e a competição no mercado se acirra cada vez mais. Em vista disso, as empresas buscam mudanças para sobreviver neste novo ambiente internacional, procurando diminuir custos e aumentar a eficiência produtiva (BORGER, 2001).

Proporcionada pela abertura comercial e atrás de novos métodos de produção que viabilizassem produtos de mesma qualidade, mas com menor custo e em maior quantidade, as empresas ultrapassam suas fronteiras se instalando onde puderem obter melhores resultados. A movimentação irrestrita de capitais dá poder às multinacionais de decidir onde, como e o que produzir, dando margem para transferência gradual de suas linhas de produção para países de baixos salários e ausência de obrigações com os trabalhadores (SINGER, 2003).

As organizações capitalistas veem nos países menos desenvolvidos oportunidades de maiores lucros, pouco importando o bem-estar ou as condições de vida e trabalho que são sujeitos os cidadãos. As relações de exploração novamente instauradas marcam a volta do caráter individualista atribuído às sociedades liberais e acarretam no retrocesso de certos direitos sociais conquistados até o momento, a luta de classes entre trabalhadores e donos de empresas se reestabelece.

Assim sendo, a população passa a questionar as companhias face aos impactos que traz à comunidade, se preocupa com o envolvimento dela com os problemas sociais e exige mais soluções no sentido do desenvolvimento e não apenas do crescimento econômico.

O crescimento está impregnado de uma visão expansionista, imperialista e quantitativa, que acompanha algumas das sociedades humanas desde seus primórdios. O desenvolvimento traz consigo uma ótica endógena, evolucionista e qualitativa, que está muito mais voltada às relações que aos fins (MILANEZ, 2003, p.76-78).

Incorpora-se ao negócio temas como cidadania, responsabilidade e sustentabilidade colocando a empresa capitalista num papel de centralidade para condução de um novo padrão

de progresso capitalista. Uma nova cultura de responsabilização da empresa pelas consequências de seus atos na sociedade é adotada, o lucro deixa de ser a máxima nos objetivos da empresa, agora, ela respeita e promove os interesses de um todo, se tornando cidadã.

2.2. A VISÃO NEOLIBERAL

Milton Friedman (1984), um dos pais do neoliberalismo, é crítico com relação a expansão do Estado para os assuntos econômicos e quanto as empresas contribuírem socialmente. O autor ressaltava a liberdade como fim último e seria através dela que os indivíduos promoveriam a igualdade e alcançariam o bem-estar esperado. Explica que cada pessoa possui suas próprias necessidades, atribuindo, dessa forma, utilidades diferentes a cada produto ou serviço oferecido, por isso alguns aceitam participar de certas trocas específicas e outros não. Este poder de decisão individual só consegue se realizar a partir do momento em que o homem é efetivamente livre, por isso é contra qualquer tipo de sistema que ameace a sua existência.

Friedman (1984) coloca,

A ameaça fundamental à liberdade consiste no poder de coagir, esteja ele nas mãos de um monarca, de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a maior eliminação possível de tal concentração de poder e a dispersão e distribuição de todo o poder que não puder ser eliminado - um sistema de controle e equilíbrio (p.21).

“A grande tragédia do entusiasmo pela centralização, bem como do entusiasmo pela expansão dos objetivos do governo em geral, é que envolve homens de boa vontade que serão os primeiros a sofrer suas consequências negativas” (FRIEDMAN, 1984, p.13).

Assim sendo, vê a coerção como principal inimiga, pois nela a imposição é uma prerrogativa, tirando a liberdade de escolha e alegando que um indivíduo saberia o que é melhor para o outro. Quando não se delinea bem até onde cada uma das partes pode intervir para um melhor funcionamento da organização social o resultado é um conflito de interesses. É necessário, então, limitar os deveres e obrigações de cada ator social para com o todo, de modo que nenhum ultrapasse a linha entre as ações consideradas aceitáveis e as que levam a concentração de poder.

2.2.1. O Governo

Para a existência efetiva da liberdade individual, da cooperação voluntária e, portanto, de uma sociedade livre, o requisito básico é a manutenção da lei e da ordem para evitar coerção física e o cumprimento dos contratos. O encarregado dessas tarefas é o Estado.

O governo como legislador e árbitro, é como num jogo, onde as atividades diárias são as ações dos participantes num jogo e a estrutura habitual e legal são as regras do jogo. Para seu bom funcionamento tem que haver um árbitro encarregado de interpreta-las e aplica-las para que diferentes pontos de vistas possam ser convergidos e seus membros passem a concordar e cumprir com as condições gerais para um melhor relacionamento social. Claro que algumas modificações podem ser feitas durante o jogo, para se adequar a certos imprevistos ou regras mal vistas (FRIEDMAN, 1984, p.30).

Diferentemente do que se possa pensar, a existência de um mercado livre não elimina a necessidade de um governo, muito pelo contrário ele é essencial para ditar as regras, é visto como instrumento para proteção e preservação do homem como ser livre. Assim sendo, o Estado pode interferir no intuito de impedir a formação dos meios coercitivos na sociedade que inibem a liberdade individual.

Friedman (1984) chama atenção para duas dessas configurações. A primeira são os monopólios, no qual as empresas ao realizarem associações entre si muitas vezes não possibilitam a competição no mercado.

O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido a presença de outros vendedores com quem pode negociar; o vendedor é protegido da coerção do consumidor devido a existência de outros consumidores a quem pode vender; o empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar; e assim por diante (FRIEDMAN, 1984, p.23).

Ao criarem cartéis, as companhias não dão alternativas para os consumidores, elas determinam as condições de permuta que melhor lhes favoreçam, atrapalhando as trocas voluntárias. “A troca só é verdadeiramente voluntária quando existem alternativas praticamente equivalentes. O monopólio implica ausência de alternativas e inibe, portanto, a liberdade efetiva da troca” (FRIEDMAN, 1984, p.33). Por isso, cabe ao Estado criar meios para barrar este tipo de coalizão.

O outro caso de coerção é a filantropia. Friedman (1984) alega que através dela um homem estaria se beneficiando em detrimento do outro. Como a caridade envolve a aceitação do princípio de que alguns podem decidir por outros, o menos favorecido depende da boa

vontade do mais favorecido para ter acesso à serviços de que precisa. Novamente o governo é acionado, deve interferir a fim de permitir que todos possuam as mesmas oportunidades em termos de saúde, proteção e educação.

Desse modo, o papel do Estado é também prover o bem-estar geral, ao realizar a arrecadação de fundos através da cobrança de impostos deve investir os recursos em prol da sociedade. Enquanto houver essa taxação, não há justificativa para permitir a dedução do valor de outras instituições e indivíduos afim de práticas benevolentes.

Contudo, como Friedman (1984) alerta, deve-se tomar cuidado com o poder atribuído ao governo, este deve ser limitado às áreas que não podem ser tratadas em termos de mercado, ou até podem, mas que por seu alto custo se torna mais conveniente o uso de canais públicos. O perigo está no fortalecimento do Estado, na centralização do poder através da argumentação de que, a decisão do direcionamento financeiro estando sob suas rédeas, melhor se daria a aplicação de programas e obtenção de resultados.

Entretanto, é sempre necessário, examinar os riscos envolvidos em cada proposta de intervenção governamental, é importante verificar seus efeitos colaterais na ameaça à liberdade, poderá de estar “substituindo progresso por estagnação e colocando a mediocridade uniforme em lugar da variedade essencial” (FRIEDMAN, 1984, p.11).

A grande vantagem do mercado é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode optar pela cor da gravata que deseja e a obtém; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se (FRIEDMAN, 1984, p.30).

Em suma, o governo não é posto para coerção dos indivíduos e imposição de ideais, mas sim para manutenção do livre arbítrio, protegendo nossa liberdade contra quem ameace impossibilita-la.

2.2.2. A Empresa

Para Friedman (1984), do ponto de vista de uma economia livre, “há uma e só uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude” (p.122). Em outras palavras, as empresas devem ter seu objetivo como a maximização do lucro, para que assim, por meio

desta, cumpram seu compromisso social de elevação do padrão de vida, criação do capital e geração de mais e melhores empregos.

E mais, “há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases da nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas” (FRIEDMAN, 1984, p.121).

Se os homens de negócios têm outra responsabilidade social que não obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderiam saber qual é ela? Podem os indivíduos saber o que é interesse social? Podem eles decidir que carga impor a si próprios e aos acionistas para servir ao interesse social? É intolerável que funções públicas sejam exercidas pelas pessoas que estão no momento dirigindo empresas particulares, escolhidas para estes postos por grupos estritamente privados? (FRIEDMAN, 1984, p.123).

A alocação dos recursos empresariais segundo interesses sociais leva, conseqüentemente, à uma redução dos salários, diminuição dos dividendos e aumento do preço para o consumidor. As doações feitas por empresas constituem um uso impróprio dos fundos da companhia, se ela faz uma contribuição social, impede que seus acionistas como tal decidam o que fazer com os fundos.

Os acionistas são os únicos que podem decidir sobre o melhor destino que o dinheiro pode receber, sendo os empresários responsáveis apenas por conduzir os negócios de maneira mais rentável para garantir o resultado desejado. O bem comum deve ser alcançado com os investimentos feitos pelo governo, revertendo os impostos cobrados das empresas em políticas públicas.

A direção em que a política está se movendo agora – permitindo contribuições das empresas para propósitos de caridade e deduções do imposto de renda – constitui um passo rumo ao estabelecimento de um verdadeiro divórcio entre propriedade e controle, e rumo ao solapamento da natureza e das características básicas de nossa sociedade (FRIEDMAN, 1984, p.124).

Ao afastar as empresas de sua máxima, o lucro, encaminha-se a sociedade para uma visão mais conectada das esferas política, social e econômica, a corporação passa a desempenhar um novo papel na organização da sociedade. A responsabilidade social empresarial, agora, se expande para além dos interesses de seus acionistas, sua atuação corre no sentido de se redimir frente aos impactos que causam e, assim, passam a agregar benefícios sociais e ambientais às suas ações.

2.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL

Como já foi dito antes, a economia de mercado capitalista está fundada na crença liberal de que o mercado é capaz de auto regular-se em prol do bem comum, vendo na competição o melhor modo de relação onde os indivíduos podem exercer sua liberdade. Nela procura-se otimizar a relação custo/benefício em favor a sua influência decisiva na rentabilidade e taxa de lucro dos negócios, a eficiência é compreendida apenas como equacionamento de variáveis econômicas sem adentrar nos assuntos da esfera social.

Contudo “a eficiência capitalista não leva em conta os benefícios sociais (valorização do ser, postos de trabalho, preservação ambiental, qualidade de vida), ela despreza questões como consumo consciente e futuro da sociedade. Nesse contexto não resolve problemas, mas tende a agrava-los” (GAIGER, 2003, p. 126). “A lógica do capital é migrar para onde há capital e possibilidade de acumulação e de lucro e não para onde há necessidade para se satisfazer” (ARRUDA, 2003, p.239). “A sociedade de mercado, longe de promover a suavidade e outras atitudes louváveis, manifesta uma forte tendência a minar os fundamentos morais que servem de base a toda sociedade” (HIRSCHMAN, 1986, p.16).

O domínio desse sistema no mundo culminou em gravíssimos problemas. Além dos riscos ligados a sobrevivência física do planeta, houve também a intensificação da automação e o desenvolvimento de inovações, que proporcionaram vantagens para a acumulação de uma minoria em detrimento ao resto da população, contribuindo com ameaças de exclusão e precarização das condições de vida do todo.

Com o progresso tecnológico e a globalização a quantidade de bens produzidos e serviços ofertados aumentou também a grande injustiça com relação a possibilidade de acesso que cada indivíduo possuía a eles. Assim, como coloca Cattani (2003), “os estragos foram tão grandes que se nada for feito, a exclusão, a marginalização e o empobrecimento de largas faixas da população trazem o risco de convulsão social ou do direcionamento da violência contra os poderosos” (p.12).

Desse modo, se fez necessário uma revisão do modelo de desenvolvimento liberal, a construção de uma outra economia, algo que buscasse atender as demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. A economia capitalista tradicional precisava ser superada, “afinal, se foi possível avançar em outras épocas mais hostis, como podemos nos contentar, hoje, com menos do que já foi sonhado e conquistado no passado? O

novo, que busca romper com o capitalismo, deseja ser melhor e mais avançado” (CATTANI, 2003, p.11).

Nesse sentido, uma nova cultura de RSE ganha destaque, colocando as pessoas no centro dos processos e preconizando um novo modelo de gestão empresarial. Por isso, neste capítulo, pretende-se expor os ideais por trás dos novos hábitos corporativos e o que se aspira com as medidas implantadas.

2.3.1. A CRIAÇÃO DO NOVO PADRÃO DA RSE

Formou-se, então, uma visão alternativa, esta levaria em conta não apenas o faturamento e o crescimento econômico, mas estaria ligada à satisfação das necessidades em conjunto a objetivos éticos e sociais. Foram introduzidos novos valores voltados para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos indivíduos e da coletividade.

Este é o cerne do novo contrato social instaurado, surgiu de maneira a administrar os problemas vindos do desenvolvimento da sociedade capitalista industrial, na tentativa de compensar as relações desiguais entre empresas e trabalhadores (ROBERTO, 2006). O pacto traçava uma outra relação entre Estado, mercado e sociedade, os atores, agora, tinham comportamentos alicerçados à uma nova cultura de responsabilidade social e caridade.

Novas parcerias entre Estado, setor privado lucrativo e setor privado não lucrativo vem sendo concebidas para a produção e a distribuição de bens e serviços sociais, na busca de mecanismos mais ágeis e eficientes de atender as demandas da população. (...) Esses processos expressam formas novas de sociabilidade, indicando um reordenamento das relações destas partes da sociedade com o Estado e a economia: ali onde predominavam o Estado ou o mercado (ou os seus vários mixes), um espaço passa a ser ocupado por estas novas formas da “solidariedade social” ou, se quiser, por uma ampliação da autonomia dos setores organizados da sociedade (DRAIBE, 1993, p.100).

Os princípios da solidariedade aparecem como valor fundamental na nova ordem social, envolvem reconhecimento, acolhimento e respeito de um pelo outro, refaz-se o laço da fraternidade abraçando um forte componente, a afetividade. O vínculo social não era mais unicamente utilitário, racional ou contratualmente definido, mas integrava também partes não-rationais e cooperativas.

As transformações societárias que vivemos fazem emergir a busca por novas formas de viver e uma nova subjetividade, reavivando e impulsionando o sentimento de

solidariedade, agora com nova importância e alcance, pois deixa de estar restrito a uma perspectiva classista ou as relações pessoais (LISBOA, 2003. p. 244-245).

A construção da nova sociedade necessitava de uma revisão na forma como eram produzidos os conhecimentos e de como se educava, era preciso uma revisão de valores, costumes, formas de ver e julgar as coisas no intuito de corrigir os rumos das comunidades (MILANEZ, 2003). Para isto eram indispensáveis construções coletivas e um grande capital social, todos deviam ter acesso às formas críticas, de maneira que pudessem contribuir e fazer parte da solução do problema.

Era fundamental alcançar os princípios intrínsecos na sociedade, para assim transformá-la, “sem uma revolução na mente será impossível uma revolução na relação pessoa/natureza. A nova aliança encontra suas raízes na profundidade humana“ (BOFF, 1996, p.39). E assim, substituiu-se a moral do interesse pela moral da reciprocidade.

“A moral é este modo costumeiro de agir pautado por normas e valores, fruto de transmissão e reinterpretação por cada grupo social em função de uma certa experiência de vida“ (LECHAT, 2003, p.97).

Para Lisboa (2003), “a luta e o protagonismo da multidão se sustentam na força dos valores morais, na negação ética da ordem vigente e na opção por uma ordem alternativa. (...) ao incrementarmos nossa sensibilidade progredimos moralmente“ (p.248). E ainda, “redefine-se aqui a finalidade da empresa, que se não é gerar o bem moral sempre e em todas as partes, tampouco tem por finalidade principal o lucro, o qual é reenquadrado enquanto meio para se alcançar a missão empresarial: a inovação e criação eficiente dos produtos que a sociedade necessita“ (p.145).

Produzir e trabalhar de forma solidária era, ao mesmo tempo, voltar a um princípio fundamental da relação humana e criar algo novo em relação aos comportamentos e maneiras de pensar existentes. A mudança, neste sentido, era um passo necessário, mas precisava ser acompanhada de etapas subsequentes para que normas e valores fossem respeitadas pela atividade econômica, buscando socialização da riqueza e privilegiando as necessidades sociais frente ao lucro.

A face caritativa do novo implantado, passou a ser uma organização política alternativa, um outro metabolismo econômico ou um reformado modo de vida, evoluiu para uma forma de ativismo, promovendo, através do investimento social privado, uma espécie de desenvolvimento pela pretensão de uma prática mais solidária e altruísta por parte do empresariado. Permitindo, desta maneira, a quebra do individualismo radical, “ainda que, no

mundo empresarial a solidariedade não possa ser considerada como um imperativo categórico, não se trata também de um ornamento vazio“ (LISBOA, 2003, p.143-144).

“A busca da alma por parte da empresa capitalista, através da responsabilidade social empresarial, indica uma significativa transformação na lógica econômica“ (LISBOA, 2003, p.146).

A responsabilidade social aparece, então, como catalizador da participação e mobilização social e fortalecimento da democracia, deveria haver o reconhecimento de um caráter politizador das companhias. As empresas agora são pressionadas a optar por uma atuação orientada pelo compromisso social, para o enaltecimento do papel do povo na nova ordem.

Parte-se do pressuposto de que a empresa também é responsável pelo bem-estar da comunidade, tendo que assumir os compromissos éticos que contribuam para uma melhoria na qualidade de vida da sociedade (MACHADO, 2012). Suas decisões em relação ao universo comunitário tinham grande influência no resultado dos projetos dentro da comunidade, seu papel estava para além do impacto mercadológico que causava, mas também na procura de maneiras que melhorassem a sociedade. Em outras palavras, as consequências de suas intervenções em prol do bem comum vão muito além do mercado e, portanto, são interesse de uma sociedade mais ampla e complexa.

“A remissão recorrente à responsabilidade social e a busca de fortalecer o senso de dever cívico, no âmbito empresarial, traduzem-se na ampliação da função social das empresas para além da dimensão produtiva“ (GARCIA, 2004, p. 28).

Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir uma ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além da quantidade de bens e serviços). Os negócios existem para servir à sociedade (CARROLL apud MACHADO, 2012, p.18).

Uma empresa socialmente responsável usa seus recursos para antecipar e desenvolver programas de ajuda às questões sociais. Está integrada no plano estratégico, ao invés de estar atrelada apenas a uma reação de qualquer crise específica. Segundo Carroll citado por Machado (2012), “(...) a responsabilidade social dos negócios engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem da organização num dado ponto de tempo“ (p. 16).

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona

e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (GARBELINI & BRITO, 2008, p.5).

A RSE não é um único corpo de ações as quais as empresas devem se submeter para serem socialmente responsáveis, suas práticas são diversas e abrangem tanto o público interno quanto o público externo a empresa. Levam em consideração temas como, relações de trabalho, corrupção, políticas públicas, parcerias, competição de mercado, desigualdades, consumo e relacionamento com as partes interessadas.

“Nenhum dos pontos abordados pela responsabilidade social empresarial é um tema livre de controvérsia, todos são permeados por disputas entre classes e frações de classe específicas, tentando fazer prevalecer sua visão sobre determinado ponto” (MACHADO, 2012). Por isso, o debate acerca da responsabilidade social gera muitas críticas e possui argumentos controversos, podendo ser vista sob dois aspectos principais: um como fator de competitividade para crescimento do lucro, ou uma promoção do bem-estar coletivo.

2.3.2. O CONCEITO DE STAKEHOLDERS

Antes o lucro era visto como prioridade absoluta dentro da empresa, por isso a única parte interessada nela eram os seus acionistas (*shareholders*), o público mais importante para as companhias era aquele que investia e aguardava os ganhos provenientes do negócio. Com o processo de transformação na conduta das empresas, estas se viram obrigadas a incorporar e harmonizar novos princípios as suas tradicionais rotinas de atuação.

Um dos propulsores desse movimento foi a sociedade civil, a intolerância crescente da população em relação aos atos inadequados do setor produtivo indica que há uma nova tendência a ser seguida, cobra-se um agir ético das empresas tornando-o obrigatório (GARBELINI & BRITO, 2008). Com isso, afirma-se que existem diversos outros componentes da sociedade que devem ser levados em conta durante a tomada de decisão da empresa.

“Parte da ideia básica de que a empresa deve se antecipar a seus problemas, sendo necessário, para isso, conhecer seus diversos públicos interessados (*stakeholders*), os quais tanto podem causar problemas futuros para empresa quanto podem ser futuros consumidores” (FREEMAN, 1984, p.90). Passa-se a considerar a opinião de todas as partes que afetam ou

são afetadas pelo funcionamento da organização, estando baseada na ideia de que a empresa faz um pacto com essas pessoas, onde se compromete com certas obrigações econômicas, sociais e ambientais a fim de construir um cenário externo favorável à sua existência e permanência na sociedade (KNIGHTS & MORGAN, 1991).

Em outras palavras, são qualquer grupo dentro ou fora da organização que tem interesse no desempenho da mesma, podendo ser eles: organizações não governamentais, colaboradores, fornecedores, sindicatos, clientes, empregados, concorrentes, etc. Valorizado esses vínculos, de forma que satisfaça as necessidades e interesses do todo, a empresa estará proporcionando aos negócios uma sustentabilidade a longo prazo.

Agora a companhia é vista como uma organização social, por isso deve gerar algum tipo de benefício aos seus parceiros de negócio ou suas partes interessadas, e mais, a teoria de *stakeholders* é conhecida como modelo da RSE, visto que enseja o equilíbrio da sociedade a qual pertence, conferindo a si mesmo um valor social retributivo.

2.3.3. NOVA LÓGICA EMPRESARIAL OU CAPITALISMO SE AJUSTANDO AO NOVO CENÁRIO?

A emergência da empresa cidadã com a nova cultura de responsabilidade social é recente e forte. Mas será mesmo que ela está preocupada com as consequências de suas ações na sociedade e ambiente? Ou será apenas uma estratégia para a contínua maximização do lucro?

Desde os primórdios, os negócios cresceram em poder, recursos e tamanho e a sociedade mudou, mudanças essas que alteraram as expectativas e conseqüentemente as relações das empresas com os indivíduos. Contudo, as firmas sempre buscaram legitimar-se no mercado, consolidar sua marca, por isso, constantemente, procuravam adequar seus produtos às mudanças nas preferências dos consumidores. A autenticidade da empresa não é dada, mas sim construída (BORGER, 2001). A sociedade é quem garante sucesso e poder aos negócios, por isso, aqueles que utilizam o prestígio de uma maneira que a sociedade não considere responsável irão perde-lo.

Assim sendo, a valorização crescente, principalmente por parte dos clientes, em relação a postura socialmente responsável da empresa, passou da realização do lucro independente do investimento social, para os investimentos sociais influenciando e compondo o lucro (ROBERTO, 2006). Ou seja, a organização, ao adotar uma conduta em prol da

sociedade, atraía consumidores mais atentos e fiéis, promovia trabalhadores mais comprometidos e melhorava relação com o governo, se tornando um diferencial de competitividade e, conseqüentemente, aumentando seus lucros.

A estratégia de mercado em associar uma marca ao desenvolvimento de ações sociais, são muito eficazes na influência da escolha e na fidelidade do indivíduo a determinado produto. Este se torna mais atraente, uma vez que junta seus atributos de mercado (qualidade, preço) a uma situação valorizada socialmente, o que favorece a imagem da empresa,

Ao associar seu produto a uma causa nobre, a empresa se valoriza diante dos próprios funcionários. Se o consumidor puder optar entre dois produtos similares de marcas diferentes – um que esteja associado a uma ação social e outro não – certamente escolherá o primeiro. Hoje em dia ir ao supermercado pode ser um ato político, em que o consumidor marca suas opções ideológicas ao comprar ou recusar um produto (INSTITUTO ETHOS, 1999, p.14).

A ampliação das atividades empresariais para o campo social como estratégia de marketing é oportuna para quem a pratica, pois focaliza dois problemas que mobilizam o debate político: as ações de enfrentamento a temas de interesse social (pobreza, ambientalismo, políticas afirmativas em relação às mulheres, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais) e a discussão sobre as funções e o desempenho do Estado (GARCIA, 2004, p.32).

Nesse sentido, a RSE é entendida como um disfarce, as empresas,

[...] não veem nela mais do que um recurso de propaganda ideológica para atenuar a visão do mercado como mundo do auto interesse, ao pretender reconfigurar as funções que as empresas deveriam exercer além da busca do lucro (entendido como fim último). E mais, é uma medida que termina por esvaziar a figura do Estado como regulador das questões sociais“ (GARCIA, 2004, p.30).

Preconizam a falência do Estado, despolitizando-o e desresponsabilizando-o frente aos problemas sociais (MONTAÑO, 2002). Ao invés de evoluirmos para a construção de proteção social através de um conceito e estratégia que levem a garantia dos direitos de cidadania como dever do Estado, seguimos na direção de que o bem-estar pertence ao âmbito privado.

Embora as organizações tenham desempenhado um bom papel frente as questões sociais, isso não garante que o farão para sempre, e nem que o realizarão de forma universal, podendo discriminar e beneficiar certos grupos. Segundo Roberto (2006), caso a empresa passasse por dificuldades, o primeiro corte a ser feito referir-se-ia aos investimentos sociais, ou ainda, caso a sociedade parasse de influenciar suas preferências de consumo frente a

postura empresarial consciente, pouco provável que o empresariado continuaria beneficiando o todo.

Cabe apenas ao Estado garantir que as políticas sociais sejam feitas de maneira universal, é preciso, portanto, que este se reformule para não se tornar um coadjuvante, mas sim o regulador e provedor desta nova organização.

Há uma reorientação do Estado, no sentido de constituir uma esfera pública mais participativa e não menos importante. (...) em última instância, a falta de equilíbrio com que se dá a expansão dessas ideias compromete um desenvolvimento sustentado e duradouro de uma cultura de responsabilidade social de fato, e poda transformações sociais factíveis (GARCIA, 2004, p.56).

“O comportamento míope, pode levar as organizações sociais a se concentrarem exacerbadamente na participação restrita e no alcance de metas de curto prazo, perdendo suas ligações com as transformações sociais mais amplas” (MONTAÑO, 2002, p.7). Em outras palavras, as políticas que visam mudanças sociais na cultura de RSE recebem um caráter emergencial, o que não possibilita ter o tempo e estrutura necessários para sua maturação e consolidação.

De qualquer forma a cultura de responsabilidade social empresarial tem um papel transformador, é importante para conscientização individual e para a elaboração de trabalhos que resultem numa melhora social.

“Estamos diante da emergência de um novo paradigma societário, no qual a racionalidade social e a racionalidade econômica deixam de ser antípodas que se diferenciam crescentemente, mas buscam inscrever-se numa única imbricação ontológica“ (LISBOA, 2003, p.148).

E mais,

[...] não está a propugnar aqui um modo de produção puramente cooperativo, pois é saudável social e economicamente a coexistência dos princípios da competição e da cooperação. As metamorfoses contemporâneas nos permitem quebrar a camisa de força das prisões conceituais que submeteram a dimensão da justiça a um imaginário racional e bipolar (igualdade x liberdade; esquerda x direita; amigo x inimigo; cooperação x competição) e que levaram ao divórcio entre as esferas da justiça, da liberdade e da solidariedade (LISBOA, 2003, p.249).

É como na teoria dos jogos, coopera-se por interesses individuais, realizam-se estratégias simétricas onde, como no mercado não se joga sozinho, todos saem ganhando. Essa nova cultura interage e reestrutura o espaço público e o mercado, entrelaçando subjetivo ao objetivo, razão e emoção, economia e solidariedade. Há uma transformação do ideal em

relação a riqueza, e esta é a superação do padrão de quanto mais melhor, deixando de ser regida pela lógica da ganância e otimização da utilidade individual, para preconizar amarras crescentes entre as empresas e o meio social em que se desenvolvem, obrigando-as a assumirem um compromisso com o que está a sua volta.

Para concluir, crítica é uma palavra que remete a capacidade de julgar, de discernir, referindo-se a faculdade de pensar, entendendo por essa operação o exame racional, avaliativo, indiferente a preconceitos, convenções ou dogmas (TEIXEIRA, 2005). Quando se abre o mundo para alternativas, percebe-se que a burguesia pode desvendar que o social não é um ônus, assim como a esquerda que o mercado não é pecado (LISBOA, 2003), e ainda, que ao afirmar o “investimento social” como sendo a mesma coisa que o “lucro”, estar-se-ia desmerecendo ou diminuindo o próprio sentido da prática. O preconceito em cima de uma suposta estratégia, por parte das empresas, de sensibilização da população para contínuo aferimento de lucros, é subestimar os valores e a própria inteligência da sociedade.

3. INSTITUTO ETHOS E A CONSOLIDAÇÃO DA RSE

A RSE enquanto prática social e política é permeada por diversas disputas entre diferentes grupos sociais. Apesar de ser um campo mediado por uma luta de classes, onde “o primado dos acionistas defendido pelos liberais mais ardentes veem a RSE como uma ameaça ao bom desempenho econômico da empresa, do outro lado, ainda aponta-se para uma conscientização do empresariado rumo à uma sociedade melhor e mais justa” (MACHADO, 2012, p.117).

Promove-se o ideário de responsabilidade, sustentabilidade e participação dos diversos setores na construção da democracia, a fim de tentar alavancar um consenso entre as classes sociais. Com base nos princípios e valores da gestão socialmente responsável, as empresas que atuavam no país vinham se constituindo nos verdadeiros agentes da transformação social (YOUNG, 2011), sua contribuição era decisiva na potencialização do desenvolvimento sustentável, através da fomentação das habilidades e competências dos atores sociais.

Neste sentido, com o intuito de divulgar, direcionar e incentivar a RSE no Brasil, é fundado o instituto Ethos em 1998, “rico em sentidos para a filosofia, a etnologia e a ética, o termo ‘ethos’ remete ao estudo dos costumes, ao espírito de uma época, à ciência do dever humano, à noção de associação e à reunião de companheiros” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.8).

O Ethos foi reconhecido como a principal instituição promotora e difusora da RSE no Brasil e fornece, até os dias de hoje, o substrato político-pedagógico para as empresas de como fazer e agir responsável e eticamente (MACHADO, 2012), recebendo destaque não somente nacional, como também internacional, por sua atuação em várias frentes.

Traz para a área uma visão não mais filantrópica, mas incorporada a gestão, como uma frente estratégica e um potencial tanto para sociedade quanto para a companhia. No entendimento do Instituto Ethos (2008), a RSE não é apenas uma transferência de recursos para realização de algum projeto social, é uma prática abrangente, que encapa todos os setores da empresa e deve fazer parte de sua gestão como um todo, diferindo, desta maneira, da ideia de caridade.

A filantropia é uma ação social externa a empresa, são iniciativas voltadas para a comunidade, as práticas caridosas são vistas como pouco efetivas na transformação social, uma vez que, não possuem um direcionamento nem uma congruência entre elas, deixando sua aplicação ao acaso do desejo empresarial. Já a RSE engloba preocupações com um público

maior, é focada na cadeia de negócios da empresa, alcançando seus acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente (MACHADO, 2012).

Assim sendo, o novo caráter trazido pelo instituto é a articulação e organicidade do movimento entorno da RSE no Brasil. Abandona-se o cunho filantrópico para adquirir lugar na gestão estratégica da empresa, e esta, para ser reconhecida precisa de todo um instrumental novo, vocabulário, práticas, ferramentas de gestão e projetos inovadores.

Analisando a entrada do instituto Ethos no cenário econômico brasileiro e sua atuação no decorrer do tempo, pode-se também averiguar a ascensão da responsabilidade social no país, os rumos e direções que tomaram as companhias e a consolidação da mudança nas atitudes empresariais para um relacionamento mais recíproco para com a sociedade.

3.1. BREVE HISTÓRICO DA RSE NO BRASIL

No Brasil foram quatro períodos que contribuíram para o desenvolvimento dos ideais da RSE, sendo eles: segunda fase da república velha, era Vargas, república populista e ditadura militar.

A segunda fase da república velha (1889-30) foi marcada pela exploração do trabalhador, colocava-se os interesses empresariais acima dos desejos dos proletários, as relações sociais eram caracterizadas pela disputa classicista. A população se via cada vez mais insatisfeita com as precárias condições de vida e trabalho, reclamavam por mais ajuda e menos exploração. O ápice das reivindicações chega junto à crise de 1929, quando explodem em São Paulo e no Rio de Janeiro uma série de movimentos operários contra os problemas sociais internos que foram agravados pela estagnação internacional acometida, aumentando de forma expressiva as pressões por mudanças.

O período que se segue ficou conhecido como era Vargas (1930-45), vai da passagem do governo provisório até implantação do Estado Novo. Determinados, primeiramente, pela violenta repreensão do Estado frente as revoltas populistas e pelo favorecimento das elites oligárquicas, muda sua atitude, quando o sistema se vê sufocado e ameaçado pela proporção tomada pelas reivindicações sociais no país, procurando outros meios de contorná-las. O governo, então, vê no campo político um forte aliado, por isso, na tentativa de controle às insatisfações, concede medidas que beneficiassem os empregados e não os empregadores.

Com as reformas executadas desde a instauração do Estado Novo, o apoio à intervenção governamental aumentou, tanto por parte do proletariado, quanto dos donos de empresas. “O regime autoritário mantinha sob rédeas curtas os descontentamentos comuns e permitia a continua otimização das condições de ganhos capitalista, assim, o Estado ganhou forças e centralizou seu poder” (TORRES, 2012, p.62). Agora, os trabalhadores tinham mais voz e os empresários começaram a perceber que as questões sociais poderiam sim prejudicar o seu desempenho.

Após queda do Estado Novo, o período subsequente da história do Brasil representou a república populista (1945-64). Seu início se deu junto ao fim da segunda guerra mundial, culminando numa maior integração do país às cadeias produtivas ocidentais e um consequente impulso à sua industrialização. Voltou-se à ordem democrática e houve um fortalecimento das organizações comunitárias e partidos ligados aos trabalhadores.

No entanto, em um contexto internacional de Guerra Fria, onde havia a polarização entre EUA e URSS, cresce o receio de uma virada comunista no país devido a aproximação do partido aos crescentes grupos populares. Por isso, é após constantes tentativas de golpes de Estado que se instaura um regime ditatorial civil-militar (1964-1985).

Aqui, o governo tinha controle total dos cidadãos, censurava-se qualquer forma de liberdade de expressão que fosse contra o sistema e os valores por ele pregado. Vive-se, então, uma fase de questionamento às funções do Estado, uma repudia a centralização do poder em suas mãos e a luta contra o autoritarismo por ele propagado, criando um ambiente fértil para os ideais liberais aflorarem.

É na nova república que o ativismo toma um rumo diferente no país, ganhando um caráter mais privado. O que aconteceu, na verdade, é que a retirada da liberdade individual durante a ditadura, fez com que as classes populares lutassem contra o governo e qualquer forma de intervenção que este pudesse ter na sociedade, passando para o capital uma obrigação social dentro da coletividade, ovacionando a democratização política e cobrando uma maior participação da sociedade civil na vida pública (MACHADO, 2012).

É, então, na década de 1990, após a alta inflação e recessão econômica consequentes do período militar, somadas às crises internacionais (choques do petróleo) que acometeram o mundo em meados dos anos 1980, que o liberalismo toma as rédeas no Brasil. Assim, com as profundas transformações do sistema, expressava-se a necessidade de novas formas de relação capital/sociedade.

[...] a magnitude dos problemas sociais, a manifesta crise da administração pública e do Estado e um renovado fortalecimento da sociedade civil mostram os limites da ação estatal no Brasil, (e que romper esses limites) significa criar e reforçar novos espaços públicos, não necessariamente estatais, e incentivar formas inovadoras de mobilização e parcerias entre diferentes níveis de governo e agências estatais [...] bem como entre o governo e as múltiplas e distintas organizações da sociedade civil (PERES apud MACHADO, 2012, p.31).

Então, o empresariado, dada a ineficiência do Estado, é chamado a assumir novas responsabilidades para com o espaço a sua volta, culminando com a disseminação de sustentabilidade, preocupação com o meio ambiente e a emergência da RSE como uma alternativa para o desenvolvimento (MILANEZ, 2003).

Há uma renovação na agenda social das classes dominantes, estas passam a assumir um papel importante na melhoria da vida da população, propagam um engajamento e mobilização face as mazelas do povo, perdem seu caráter individual e induzem a uma nova conscientização empresarial.

3.2. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ETHOS

Desde 1997, as primeiras ideias do Instituto já começavam a ser cogitadas por Oded Grajew, mas foi apenas em junho de 1998 que um grupo de empresários se reuniu para consolidar o projeto do Ethos. Os personagens empreiteiros dessa iniciativa foram: Guilherme Leal (Natura), Sérgio Mindlin (Metal Leve), Eduardo Copobianco (Construcap), Oded Grajew (Fundação ABRINQ), Hélio Matar (GE-Dako), Emerson Kapaz (Elka Plásticos), Ricardo Young (Yázigi) e Maria Cristina Nascimento (Espaço Empresarial Gestão de Serviços). A proposta feita era “a criação de uma entidade empenhada em mobilizar as empresas para uma gestão socialmente responsável dos negócios, baseada no diálogo e na construção de consensos, com o objetivo de torná-las protagonistas de mudanças sociais” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 9).

Anteriormente, na área das ações sociais privadas era predominante o caráter assistencial e pontual, a filantropia era quem conduzia o destino dos recursos. Como explica Fernando Rossetti, no relatório publicado pelo Instituto em 2008, a ideia em torno da responsabilidade social empresarial, naquela época, ainda era nascente, “não havia conceitos consolidados. Naquele momento, começavam a se formar as articulações que acelerariam o processo da sua estruturação” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.10). Por isso, as empresas aqui

sediadas ainda não tinham o hábito de relatar suas atividades sociais e, por conseguinte, as organizações que preconizavam a RSE, não obtinham resultados concretos ou grande quantidade de filiação.

No intuito potencializar as discussões sobre o tema, mostrando que empresas podem fazer mais pela sociedade e, ainda, melhor para elas, foi fundado em 1995 o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Atualmente, a rede GIFE é marcada pela diversidade de seus investidores e já calcula cento e trinta e sete associados (eram apenas vinte e cinco quando foi criado), opera realizando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros através dos recursos disponibilizados por seus membros.

O GIFE existe para congregar entidades e empresas que, livremente e com recursos próprios, investem tempo, talento e recursos materiais, promovendo e executando atividades sistemáticas de apoio ao desenvolvimento social da nação, pelo estímulo à cidadania participativa, objetivando operar dentro de altos padrões éticos (GIFE, 1995, p.1).

Outra organização que auxiliou a evolução da RSE no país foi o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Criado em 1981, estava muito ligado ao populismo no Brasil, por isso tinha como missão aprofundar a democracia e fortalecer a cidadania ativa. Conduzido por Herbert de Souza, o Betinho, começou a promover em 1990, no intuito de dar maior visibilidade e transparência às práticas benevolentes, uma campanha a respeito da divulgação voluntária dos balanços sociais corporativos. Nesse sentido, esta proposta ligava as ações sociais das empresas às suas próprias metas e estratégias, rompendo com o caráter filantrópico e solidário que as qualificava anteriormente (MACHADO, 2012).

“Nossa expectativa era alçar a questão da responsabilidade social empresarial ao debate público. No Brasil não se falava do assunto. A participação do empresário era ainda muito confundida com filantropia” (INSTITUTO, ETHOS, 2008, p.10). Incorporar a RSE na gestão organizacional e ir além do investimento social caridoso, tornando as empresas parceiras no desenvolvimento do país, foi justamente o objetivo no qual se desenvolveu o trabalho do Instituto Ethos.

“A missão do Instituto Ethos é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (INSTITUTO ETHOS, 2016). “Fundado com o objetivo de engajar as empresas na construção de uma sociedade justa e sustentável, o Ethos é parte da contribuição brasileira ao movimento mundial pela sustentabilidade” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 5).

O Instituto Ethos não realiza nenhuma prática da RSE, ele é uma fase institucional dela. As atividades das empresas e do instituto são diferentes: de um lado o Ethos fomenta a RSE por meio de programas voltados para as corporações, e do outro elas executam os projetos na sociedade. O Instituto não é uma entidade certificadora, não faz consultorias e não intermedia programas, trabalha apenas com a orientação e disseminação da prática responsável, para que, assim, as empresas possam aperfeiçoar seus métodos de gestão gerando benefícios e diminuindo seus impactos negativos.

Adota como princípios os seguintes itens:

- Primazia da ética: respeito aos direitos de cidadania e à integridade física e moral das pessoas;
- Responsabilidade Social: exceder as obrigações naquilo que seja relevante para o bem-estar da coletividade;
- Confiança: é um valor básico e fundamental para qualquer relação;
- Integridade: combate a práticas de corrupção;
- Valorização da diversidade e combate à discriminação: condição para que haja uma melhor relação em nível global;
- Diálogo com as partes interessadas: único meio legítimo de realização da persuasão, superação de divergências e resolução de conflitos;
- Transparência: é indispensável que a sociedade tenha acesso às informações;
- Marketing responsável: orientá-lo a favor da veracidade;
- Interdependência: o sucesso do empreendimento é a relação entre instituto, empresas e sociedade;
- Comunidade de aprendizagem: está em processo de aprendizagem e sua evolução é baseada no aperfeiçoamento das práticas;

É classificado como uma “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP) por ser uma organização sem fins lucrativos que trabalham pela promoção de objetivos coletivos e públicos, não pelo interesse de seus membros (INSTITUTO ETHOS, 2008). Dentre os requisitos que devem ser cumpridos pela organização para a obtenção desta qualificação, está a publicação de um relatório que contenha uma descrição de suas atividades e demonstrações financeiras.

Atualmente contam com quinhentas e quinze empresas associadas, sendo sua distribuição por Estado e por porte da empresa da seguinte maneira:

Tabela 1 – Empresas Associadas ao Instituto Ethos Distribuídas por Estado

Estado	Quantidade	%
AL – Alagoas	3	0,58
AM – Amazonas	5	0,97
AP – Amapá	1	0,19
BA – Bahia	15	2,91
CE – Ceará	7	1,36
DF - Distrito Federal	14	2,72
ES - Espírito Santo	9	1,75
GO – Goiás	13	2,52
MA – Maranhão	1	0,19
MG - Minas Gerais	33	6,41
MS - Mato Grosso do Sul	3	0,58
MT - Mato Grosso	5	0,97
PA – Pará	3	0,58
PB – Paraíba	2	0,39
PE – Pernambuco	8	1,55
PI – Piauí	2	0,39
PR – Paraná	17	3,3
RJ - Rio de Janeiro	56	10,87
RN - Rio Grande do Norte	3	0,58
RS - Rio Grande do Sul	16	3,11
SC - Santa Catarina	16	3,11
SE – Sergipe	3	0,58
SP - São Paulo	277	53,79
TO - Tocantins	3	0,58

Fonte: Associados Ethos (Acesso em 17/02/2016)

Como exposto na Tabela 1, o Ethos está presente em vinte e quatro dos vinte e sete estados brasileiros e no distrito federal, ficando fora apenas do Acre, Roraima e Rondônia. São Paulo é o estado onde se concentra a maior parte das associadas, e ainda que o trabalho do Ethos vise ampliar sua influência para além dos limites geográficos da grande metrópole, ela ainda costuma ser o foco inicial de muitos dos seus projetos. Isso se deve, de um lado, ao fato da sede do Ethos estar localizada na capital paulista e, do outro, por ela ser responsável por mais de 31% da geração do Produto Interno Bruto (PIB) do país, se tornando uma

referência na economia nacional e, conseqüentemente, detendo as maiores empresas em seu território.

Tabela 2 – Porte das Empresas Associadas ao Instituto Ethos

Porte	Total	%
Micro Empresa	75	14,56
Pequena Empresa	106	20,58
Média Empresa	93	18,06
Grande Empresa	225	43,69
Não Informado	16	3,11

Fonte: Associados Ethos (Acesso em 17/02/2016)

Na Tabela 2 evidencia-se que a maioria das organizações associadas (43,69%), quase metade do total, são classificadas como Grandes Empresas, sendo seguidas, ainda que com um baixo percentual de diferença, pelas Pequenas (20,58%) e Médias (18,06%) Empresas. Uma primeira explicação para esta circunstância está no próprio tamanho das corporações, devido ao seu vasto porte os impactos de suas ações afetam a sociedade de forma mais assídua e por isso devem realizar mais programas de ajuda. Outra justificativa está ligada à reputação da empresa, as grandes companhias por terem suas marcas reconhecidas no mercado estão sujeitas a maiores pressões diante de consumidores mais exigentes e engajados socialmente.

Assim sendo, devido à esta vasta gama de tipos de empresas e culturas onde são realizados os projetos sociais, o Instituto tem a preocupação de criar ações passíveis de serem reaplicadas por todas as espécies de empresa e em todo o Brasil. Essa elaboração estratégica para a articulação coletiva é voltada principalmente à construção de quatro aspectos: uma visão de economia sustentável, um modelo de desenvolvimento alinhado a essa visão, uma agenda de compromissos e ações concretas por parte dos setores público e privado, e uma plataforma de convergência das diferentes e, até então, dispersas iniciativas de empresas, de políticas públicas e de organizações da sociedade civil.

Para as empresas, adotar políticas corporativas voltadas para a transformação do quadro social é mais do que uma questão de filantropia ou boa vontade de seus dirigentes. É uma atitude de responsabilidade social empresarial, decorrente da necessidade ética de devolver para a sociedade parte dos benefícios que nela as empresas obtêm. Também é sinal de visão estratégica, porque contribuir para a sustentabilidade social significa investir no futuro da economia e das próprias empresas (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.7).

Ou seja, o Instituto apresenta uma fusão e rearticulação dos valores sociais, políticos e econômicos, parte da premissa de que a empresa não consegue ser bem-sucedida em sociedades que não se desenvolveram, por isso contribuir em torno de um projeto político nacional não é se distanciar de um futuro promissor, e sim um investimento vantajoso.

3.3. ATUAÇÃO DO INSTITUTO

As práticas da RSE são multifacetadas e diversas, tentam abraçar toda a amplitude do assunto, passando desde o relacionamento entre patrão e empregado no local de trabalho até temas de ordem global, como meio ambiente, saúde, educação e redução de desigualdades. Frente a esta variedade de ações, o Ethos assume um papel indutor na direção da atuação empresarial, objetiva criar uma uniformidade nas práticas e, assim, dar mais consistência a elas.

O intuito, na verdade, é a sistematização das atividades da RSE, é convergir as ações sociais dispersas para um ponto em comum, trazendo exemplos e referências para os empresários se basearem e a sociedade poder cobrar um comprometimento mais efetivo e seriedade nas iniciativas.

Nesse sentido, foram desenvolvidos, produzidos e disponibilizados conceitos e ferramentas, de forma gratuita e livre, a todos os interessados. O Instituto também promove reuniões e debates afim de disseminar o conceito, além de participar de movimentos sociais e fazer parte de algumas entidades nacionais e internacionais voltadas para a discussão da sustentabilidade. Por isso, com intuito de verificarmos a atuação do Instituto no campo da RSE, serão expostos alguns dos esforços realizados por ele.

3.3.1. Indicadores Ethos

Com o aprimoramento dos investimentos e da execução das ações seguindo critérios sociais e ambientais, cada vez mais se fez necessário acompanhar os resultados e medir até que ponto os esforços das empresas estavam atendendo ao seu objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável. Era demandado um sistema que permitisse a comparabilidade na evolução do que elas estavam implementando.

Em razão a isso, apresentou-se os indicadores Ethos de RSE. Foram lançados em 2000 com o objetivo de ser uma ferramenta que auxiliaria no processo de aprofundamento do comprometimento empresarial com as iniciativas sociais e com o desenvolvimento sustentável. São disponibilizados de forma gratuita e já passaram por algumas revisões.

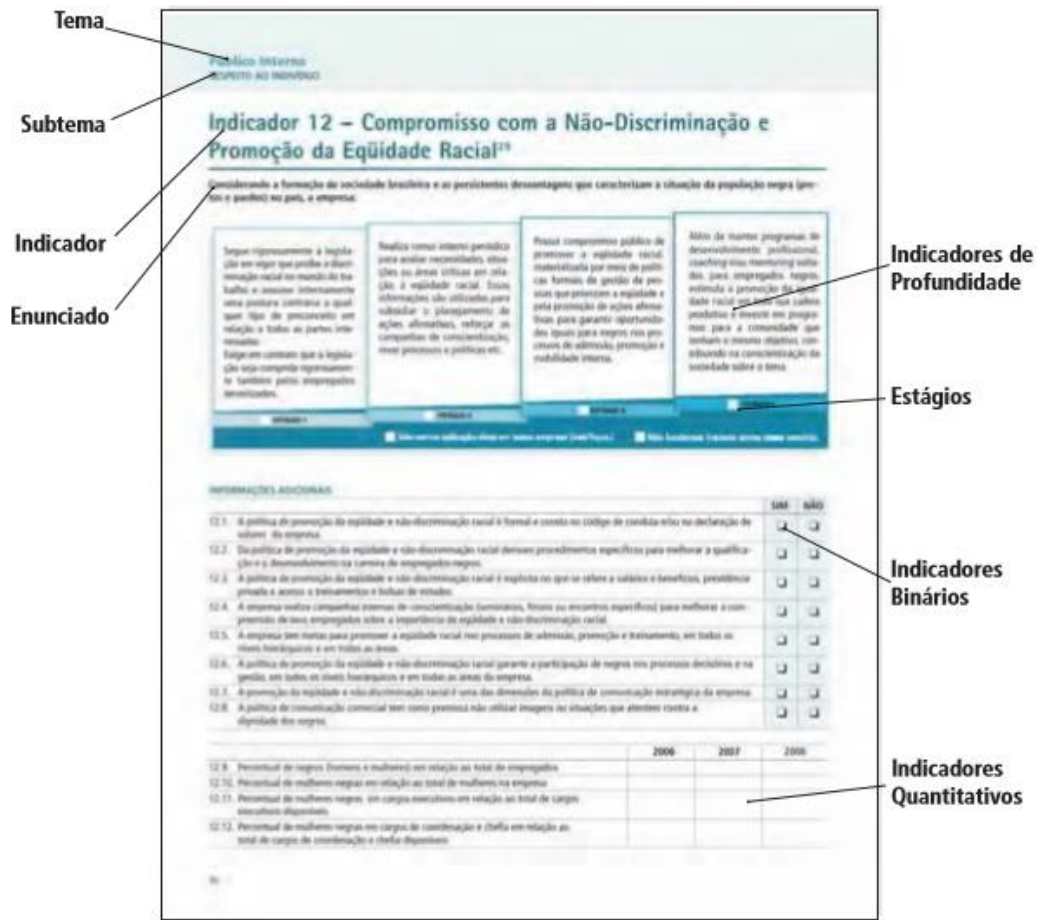
A ferramenta é reconhecida pelo Pacto Global da Organização das Nações unidas (ONU) e pelo UNICEF, tendo sido traduzida para o inglês e o espanhol, adaptada para implementação local por organizações da América latina e utilizada por empresas na Europa, na Ásia e na América do Norte (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.11).

Renato Moya, coordenador responsável pelos indicadores Ethos, no relatório do Instituto divulgado em 2008, explica que “os indicadores representam uma forma de mobilização das empresas. A reflexão é que essa ferramenta estimula e ajuda a organização a entender de forma prática o que é RSE e revisar suas ações” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.11).

A utilização dos indicadores é essencialmente interna, e é garantido total sigilo às informações preenchidas. As empresas que se dispõem a avaliar o estágio de incorporação da RSE na sua gestão com base nessa ferramenta, respondem a um questionário com sete frentes de gestão: “Valores, transparência e Governança”, “Público interno”, “Meio Ambiente”, “Fornecedores”, “Consumidores e Clientes”, “Comunidade” e “Governo e Sociedade”, sendo que cada um desses temas é dividido em um conjunto de indicadores cuja finalidade é explorar em diferentes perspectivas como a empresa pode melhorar seu desempenho naquele aspecto.

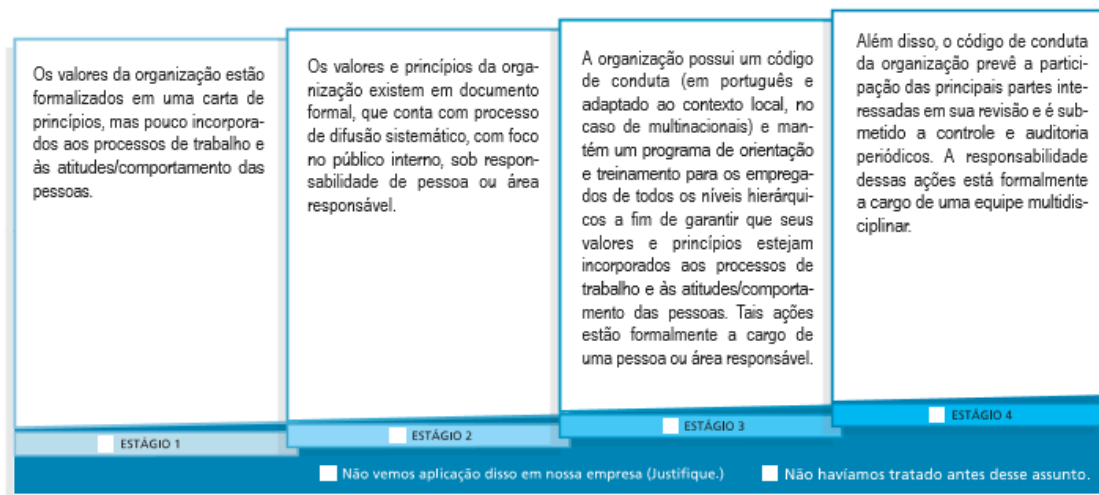
Cada indicador, por sua vez, é formado por uma questão de profundidade, questões binárias e questões quantitativas. As questões de profundidade (Figura 2) permitem avaliar o estágio atual da gestão da empresa em relação a determinada prática. As binárias (Figura 3), de sim ou não, qualificam as respostas das questões de profundidade, ajudando a empresa a identificar e entender quais práticas deve incorporar aos seus negócios. Já as quantitativas (Figura 4) não aparecem em todos os indicadores, mas propõem um levantamento sistemático de determinados dados, sendo que quando propostas devem ser tratadas precisamente, pois será muito importante para monitoramento interno da empresa.

Figura 1- Estrutura do Questionário Indicadores Ethos



Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, p. 6.

Figura 2 – Exemplo Questão de Profundidade Indicadores Ethos



Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, p. 16.

Figura 3 – Exemplo Questão Binária Indicadores Ethos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A empresa:	SIM	NÃO
1.1. expõe publicamente seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela internet ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização		
1.2. contemplam as seguintes partes interessadas: empregados, fornecedores, meio ambiente, consumidores/clientes, comunidade, governo e acionistas minoritários.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3. proíbem expressamente a utilização de práticas ilegais (como suborno, corrupção, extorsão, propina e caixa dois) para obtenção de vantagens comerciais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4. são explícitos quanto ao compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa em sua interação com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5. são explícitos quanto ao compromisso de transparência e veracidade das informações prestadas a todas as partes interessadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização cobrem assuntos como:		
1.6. cumprimento das leis e pagamento de tributos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7. concussão, pagamentos ou recebimentos questionáveis;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8. regras explícitas no relacionamento com agentes públicos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9. conflito de interesses;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10. doações;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.11. corrupção ativa e passiva;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.12. improbidade administrativa;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.13. fraude em concorrência pública;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.14. limites das atividades e contribuições políticas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.15. relações com a comunidade;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.16. nepotismo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.17. prevenção e tratamento de fraudes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, p. 16.

Figura 4 – Exemplo Questão Quantitativa Indicadores Ethos

	2011	2012	2013
3.10. Total de membros do conselho de administração (ou estrutura similar)			
3.11. Percentual do conselho de administração (ou estrutura similar) formado por conselheiros independentes, sem cargo executivo			
3.12. Percentual de mulheres no conselho de administração (ou estrutura similar)			
3.13. Percentual de negros (pretos e pardos) no conselho de administração (ou estrutura similar)			

Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, p. 18.

Após responder ao questionário as empresas podem enviar suas respostas ao Instituto, que processará os dados e serão transformados em pontuações e notas. O resultado desse esforço de auto avaliação é um mapeamento detalhado das práticas da empresa e a identificação das oportunidades de melhoria.

Os indicadores Ethos de RSE são uma ferramenta que tem auxiliado fortemente as empresas no sentido de permitir que incorporem em sua gestão os conceitos e compromissos que assumem em favor do desenvolvimento sustentável. Seus indicadores são os principais mediadores do relacionamento internacional do instituto, sendo tanto receptor dos padrões internacionais, quanto difusor das práticas da RSE. O instituto basicamente faz a tradução de experiências internacionais para serem incorporados pelas instituições no país (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.8).

Ao incorporar os indicadores nos processos de gestão empresarial a fim de regular as práticas da RSE, permite-se que não só a empresa, mas todas as partes interessadas nela,

possam ter acesso e participar da evolução de suas ações, viabilizando um maior controle dos riscos e oportunidades do negócio.

3.3.2. GRI e Pacto Global

Criada em 1997, a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição internacional independente e sem fins lucrativos, foi responsável pela criação de uma estrutura mundialmente aceita com o intuito de medir o desempenho sustentável das organizações através de uma auto avaliação. Tem na teoria de *stakeholders* uma de suas principais diretrizes, ou seja, defende que todos os públicos interessados devem estar a par do que a empresa realiza.

O primeiro relatório de sustentabilidade produzido pelo Instituto Ethos foi em 2008 e seguia as diretrizes da GRI. Nele, relatava-se o desempenho do instituto nas esferas social, ambiental e econômica, com a intenção de melhorar o nível de transparência das suas práticas.

Ao todo, foram realizadas setenta e oito entrevistas, sendo vinte e nove com o público interno e quarenta e nove com o público externo. Além disso, as diversas etapas de revisão do conteúdo do relatório foram antecedidas por rodadas de consulta à equipe interna do instituto, que contribuiu ativamente para a construção deste relato e para o respeito aos princípios preconizados pela GRI (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.61).

A intenção em fazer este relatório GRI, era tomar como base o seu método de mensuração do desempenho social, econômico e ambiental das empresas, e incorporá-lo aos indicadores Ethos. Se tornando, dessa maneira, uma forma mais sistematizada das ferramentas entre os dois mecanismos, equalizando os objetivos da RSE na esfera internacional.

Além de participar do Conselho de Administração da GRI, integra também o Conselho Mundial do Pacto Global. Como em 1999, que o instituto assumiu um compromisso com o Pacto Global lançado pela ONU, o Ethos é no Brasil seu principal disseminador e entusiasta, sendo responsável por estimular as empresas associadas e o mercado a incorporarem e divulgarem seus princípios.

Desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a ideia vem para mobilizar a comunidade empresarial internacional a adotar, em suas práticas de negócios, valores fundamentais e globalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção. O Instituto Ethos cumpre este requisito ao emprega-los em seus dez princípios básicos:

- Respeitar e proteger os direitos humanos;
- Impedir violações de direitos humanos;
- Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- Abolir o trabalho forçado;
- Abolir o trabalho infantil;
- Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
- Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Promover a responsabilidade ambiental;
- Desenvolver tecnologias que não agridem o meio ambiente;
- Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;

Apesar de ambos serem “[...]uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras” (PACTO GLOBAL, 2016), para que as empresas possam aderir a eles, estas necessitam cumprir com uma série de requisitos, caso contrário, seriam expulsas do programa.

O problema é que para controle das instituições signatárias a única exigência é um relatório auto avaliativo que contenha os avanços daquela instituição, frente aos princípios do pacto ou do relatório realizado (MACHADO, 2012). A regulamentação recebe um caráter autônomo, sendo pautada pelos próprios critérios empresariais e sem uma efetiva afirmação das posturas socioambientais. Por isso, essa área é de difícil manejo, acarretando em muitas dúvidas e questionamento sobre o que se está realmente sendo feito.

3.3.3. Conferência Ethos

A Conferência realizada pelo Instituto Ethos é voltada às empresas, e nela procura-se promover o diálogo entre diversos públicos e pautar os rumos do movimento de RSE. João Gilberto Azevedo afirma, no relatório publicado pelo Instituto em 2008, que “nosso esforço se dá no sentido de trazer para a discussão o que está mais latente para o movimento” (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 15).

Nas primeiras edições, o foco das pautas era a sensibilização das empresas e o debate de estratégias da RSE, mas, conforme o movimento foi se consolidando no país, a esfera abordada nas reuniões se expandiu. A partir de 2005, entrou no debate a articulação das empresas com outros atores sociais, como o Estado, e a atuação delas em um contexto mais amplo abrangendo todo o seu entorno.

O passo seguinte foi dado com a Conferência de 2008, quando a discussão dos encontros foi estendida para abarcar uma cultura de sustentabilidade e não mais, apenas, os planos de RSE. Nela o Ethos organizou o primeiro Prêmio de Inovação em Sustentabilidade e a primeira Mostra de Tecnologia Sustentáveis. Tinha em vista tanto valorizar as novas metodologias, equipamentos e processos, quanto estimular as empresas a aplicarem técnicas sustentáveis em sua gestão e investirem no desenvolvimento de novas formas de conhecimento para o campo. “Não pretendemos criar uma feira de empresas, nem de ciências. A ideia é fazer da Mostra um ambiente inspirador, onde o visitante possa conhecer e interagir com tecnologias focadas em soluções de questões ligadas à sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.9).

Daqui para a frente, a tendência é que as conferências abordem não apenas os desafios para implementação das medidas sustentáveis, mas também melhorias e ações práticas que possam ser incorporadas à sua gestão. Pretendendo, no longo prazo, que as próprias companhias se tornem protagonistas frente ao progresso.

3.3.4. ISO 26000

A ISO (*International Organization for Standardization*) é uma entidade de padronização e normatização mundial, foi criada em 1946 e tem sua sede em Genebra, na Suíça. “A ISO tem como objetivo criar normas que facilitem o comércio e promovam boas práticas de gestão e o avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos” (INMETRO, 2016).

O desenvolvimento da ISO 26.000 representou um esforço na direção de uma regulamentação da RSE. O Instituto participou da elaboração da norma criando um grupo de trabalho, o Grupo de trabalho Ethos – ISO 26000, composto por suas empresas associadas no intuito de discutir acerca do projeto e influenciar na construção desta diretriz.

Publicada em novembro de 2010, a norma oferece orientações em torno da RSE, abrangendo diversos itens em sua pauta, indo desde direitos humanos e práticas trabalhistas, até envolvimento comunitário e desenvolvimento.

Segundo a ISO 26000, a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas (INMETRO, 2016).

No entanto, assim como os indicadores Ethos e os relatórios GRI, a norma não é certificadora, ela desempenha apenas o papel de direcionar e orientar as ações das empresas. Sua importância de dá, de fato, por alinhar a RSE dentro de um contexto internacional, favorecendo, por conseguinte, uma maior homogeneidade ao campo.

3.3.5. Substituição do Estado?

Por fim, vale ressaltar que a atuação do Ethos nunca foi no sentido de promover a substituição do Estado, e muito menos de fazer, como nas teorias liberais, uma crítica radical sobre o papel que ele desempenha na sociedade, o que se postula é uma maior sistematização e eficiência do mesmo. Como coloca Grajew (2007) em entrevista ao Idec, ainda que o Brasil tenha a possibilidade de dar melhores condições de vida a seu povo, devido à má administração e corrupção pública o país não consegue alcançar bons resultados, o que enseja é uma sociedade mais participativa e proativa, um acompanhamento da RSE e uma maior transparência nas ações organizacionais.

De fato, o que se apresenta é a necessidade de um maior controle estatal, pretendendo fazer da RSE um objeto de políticas públicas, reivindicando que o governo, no exercício de sua função (indução, relação e coordenação) realize ações para colocar os mecanismos de mercado (precificação, punição e premiação) no rumo do desenvolvimento sustentável.

O Estado deve ocupar papel central na condução e regulamentação da RSE, deve ser a principal força de mudança. Em razão a isso, Machado (2012) lista sete itens fundamentais para esta mudança:

- Revisão do sistema tributário, reduzindo a carga viabilizadora a internalização dos custos socioambientais pelas empresas;
- Diretrizes para os gastos e investimentos públicos no sentido de promover desenvolvimento de mercados para tecnologias e produtos sustentáveis;
- Fomento para pesquisa e investimento em inovações sustentáveis;
- Programas governamentais para promoção da educação e qualificação para a sustentabilidade;
- Diretrizes para empresas públicas, estatais e de economia mista para criarem padrões de referência dessas novas práticas para o mercado;
- Produção de métricas e critérios de avaliação para auxiliar mercado na seleção de empresas sustentáveis;
- Sistemas de valorização e reconhecimento público das iniciativas e práticas de mercado inclusivas, verdes e responsáveis;

Portando, o que é empregado, realmente, é o auxílio que as empresas podem dar na execução das funções do Estado, associando a agilidade da iniciativa privada com o financiamento do governo, sem representar a troca de um pelo outro, mas enfatizando uma gestão conjunta da questão social.

3.4. RUMO À UM FUTURO MAIS CONSISTENTE

Boa parte das empresas que realizam programas de RSE não acham ser necessário um controle dessas práticas, consideram-na uma atividade extra, que extrapola suas funções sociais segundo uma visão neoliberal (MACHADO, 2012). Entretanto, com a amplitude que o tema tomou e a rapidez com que se espalhou, surgiu conjuntamente a necessidade de uma maior consolidação das boas práticas e verificação das ações sociais empresariais, ou seja, a regulamentação da RSE foi colocada em pauta.

Duas linhas controversas sobre um maior controle público dessas iniciativas são apresentadas (MACHADO, 2012). A primeira pende para uma regulamentação que incentive, e não sancione ou puna quem não a cumprir, já a segunda preconiza o uso de meios coercitivos para regulamentação das políticas. A primeira conta com a boa vontade corporativa de adentrar sua gestão ao escopo das iniciativas sociais, já a segunda se previne a

ela através de leis e normas que estabeleçam um padrão mínimo na quantidade de atividades realizadas pelas empresas em prol do bem comum. Assim, na primeira as empresas não seriam afetadas mesmo quando não adotassem medidas comunitárias, já na segunda elas receberiam uma real obrigação para com a sociedade.

A posição do Instituto Ethos com relação a regulamentação da RSE não foi tirada de forma harmônica, foi uma evolução baseada em sua própria trajetória. Primeiramente, o Ethos estava focado em promover a adesão das empresas às práticas de responsabilidade social empresarial, divulgando e incentivando o tema. Depois, estende o escopo de seus objetivos a construção de conceitos e criação de ferramentas que ajudassem as organizações a incorporar os valores em sua gestão. É somente, nos dias de hoje que, devido à quantidade de ações voltadas ao meio, se enxergou a necessidade de um maior controle do que se está sendo realmente feito.

As boas práticas precisam ser transformadas em regras e consolidadas como padrão geral por meio das regulamentações públicas e/ou autorregulação de mercado. Nesse sentido observa-se que a responsabilidade social é um caminho válido, mas precisa ser articulado com políticas públicas para consolidar a mudança (INSTITUTO ETHOS 2011, p.6).

Ou seja, deve-se abarcar políticas públicas mais amplas que deem substancia as práticas de RSE, afastando seu caráter pontual e esporádico e propiciando que elas perdurem ao longo do tempo.

No futuro, o Ethos pretende dar continuidade à articulação em torno de políticas públicas que influenciem o comportamento das empresas, o que implica num contato ainda maior com o poder público. Não mais as empresas estariam a mercê da autorregulação, mas um poder de fora que, dotados de regras e mecanismos de coerção, procuram atuar de forma mais enfática nas mudanças de direção da relação entre economia, sociedade e meio ambiente.

4. CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, pretendeu-se apresentar a Responsabilidade Social Empresarial em termos históricos, filosóficos e institucionais, procurando expor como se desenvolveu a cultura entorno de um empresariado mais consciente.

Foram retratados os ideais econômicos keynesianos e liberais, que, com seus princípios controversos em relação à intervenção governamental frente aos problemas da população, promoveram o ponto de partida para o questionamento dos papéis que cada ator desempenhava dentro da organização. Num contexto em que se pregava a ineficiência do Estado e a busca da empresa pela harmonia social, procura-se entrar em um consenso entre capital e trabalho. As companhias, então, recebem papel de destaque perante a sociedade e assumem uma posição mais ativa face os problemas comunitários, elas, agora, têm preocupações que vão além do lucro, abarcando todas as partes que afetam ou são afetadas por suas atividades produtivas.

Na medida em que as convicções entorno da RSE se tornaram mais presentes nas gestões empresariais, criou-se a necessidade de maior institucionalização do assunto. Desse modo, no intuito de exemplificar e concretizar a sistematização e organicidade do modelo foi introduzido o Instituto Ethos. Criado com o objetivo de disseminação e orientação das ações de RSE, o Ethos é considerado a principal organização propulsora do tema no Brasil (MACHADO, 2012). Participa de entidades internacionais, além de atuar em vários projetos próprios, mostrando, por conseguinte, a amplitude que a temática tomou dentro das sociedades. Sua evolução e transformação mostram o rumo que a RSE está tomando e quais são as novidades e preocupações que acometem o campo.

Contudo, ainda não se pode afirmar uma solidificação da Responsabilidade Social Empresarial enquanto promotora do desenvolvimento. A falta de regulamentação disponível que proporcione um controle mais efetivo das ações sociais privadas, torna o campo permeável a dúvidas e inconsistências. O caráter auto avaliativo e gestor que se enquadra a RSE, não se permite ter a confiança necessária nos resultados divulgados, nem a certeza imperativa de que as companhias sempre estarão realizando iniciativas de cunho social.

Assim sendo, num futuro próximo, coloca-se o Estado como o grande propulsor do padrão de RSE, pretendendo, através de suas ferramentas de coordenação e supervisão, alcançar uma maior consistência à temática. Casando o público ao privado, unindo todos em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento das sociedades.

Desse modo, conclui-se que a visão do todo sobre a empresa muda com a passagem do Estado interventor para o ineficiente. No primeiro a população se via confiante e protegida, alcançava os benefícios reivindicados e conquistava direitos, já no segundo a sociedade se encontrava desamparada, estava à mercê do mercado e da competição. Assim, presencia-se um retrocesso no assistencialismo social, as camadas populares ficam insatisfeitas e o foco que antes estava no governo como provedor e garantidor do bem-estar, passa para a esfera privada. É nesse momento que preconiza-se a ascensão de um novo padrão de desenvolvimento, as corporações assumem uma responsabilidade social para além de seus ganhos econômicos e incorporam práticas benevolentes às suas atividades produtivas.

A RSE aparece como uma alternativa ao capitalismo, uma visão menos egoísta da empresa e mais altruísta, onde para fazer o bem a si própria é preciso também cooperar com seu entorno. Por isso, seria interessante para um próximo trabalho verificar a efetividade real das ações dentro desse novo sistema e buscar maneiras de obter melhores resultados na área.

5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *O Poder é Partilhado na Revolução do Século XXI*. Valor Econômico Online, 23 jan. 2012. Disponível em: <
<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/50037/poder-partilhado-revolucao-seculo-xxi/>>.
Acesso em: out. 2015.
- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.
- ALIANÇA CAPOAVA, *Responsabilidade Social empresarial: Porque o guarda chuva ficou pequeno?* São Paulo: GIFE Edição, 2010.
- ARRETCHE, M. T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. Rio de Janeiro, *Boletim Informativo das Ciências Sociais*, nº 39, 1995.
- ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 232-242.
- BAQUERO, M. Capital Social. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 28-33.
- BOFF, L. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORGER, F. G. *Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial*. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Contabilidade, Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001.
- CATTANI, A. D. A Outra Economia: Os Conceitos Essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-15.
- DOWBOR, L. *Capitalismo: Outras Dinâmicas, Novos Conceitos*. São Paulo: Mimeo, 1999.
- DRAIBE, S. *As Políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas para a Década de 90*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.
- _____. *O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas*. In: Cadernos de Pesquisa do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas da UNICAMP, nº 8. Campinas: 1993.
- FAGNANI, M. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, nº 8, p. 183-238, 1997.
- FERNANDES, R. C. *Privado Porém Público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERRARI FILHO, F. Keynes e a Atualidade da Teoria Keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, nº 28, p. 44-58, 1997.
- FREEMAN, R. E. *Strategic Management: a Stakeholder Approach*. Bostom: Pitman, 1984.

- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FRIGOTO, G. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GAIGER, L. I. Eficiência Sistêmica. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 125-130.
- GARBELINI, M. F. BRITO, W. L. O Bom Nem Sempre é o Justo, Responsabilidade Social para Além dos Domínios da Empresa. *Revista Organicom*, nº 8, 2008.
- GARCIA, J. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- GIFE, *Código de ética*. São Paulo: GIFE Edição, 1995.
- _____. Disponível em: < <http://gife.org.br/quem-somos/> >. Acesso em: fev. 2016.
- GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRAJEW, O. Empresário Social. *Revista Idec*, nov. de 2007. Disponível em: < http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/2007-11-ed116-entrevista.pdf >. Acesso em: fev. 2016.
- HENRIQUE, W. & DRAIBE, S. N. *Políticas Públicas e Gestão da Crise: Um Balanço da Literatura Internacional*. Campinas: NEPP, 1987.
- HIRSCHMAN, A. *A Economia Como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- IANNI, O. A Questão Social. *Revista USP*, São Paulo, nº 15, p. 145-154, 1989.
- IBASE. Disponível em: < <http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/> >. Acesso em: fev. 2016.
- INMETRO. Disponível em: < http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp >. Acesso em: fev. 2016.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br> >. Acesso em: fev. 2016.
- _____. Associados Ethos. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/conteudo/associados-ethos/#.VuAcgxFDZtQ> >. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.
- _____. *O que as empresas podem fazer pela educação*. São Paulo: Uniethos, 1999.
- _____. *Relatório de Sustentabilidade Instituto Ethos e Uniethos 2008*. São Paulo: Uniethos, 2008.
- KNIGHTS, D. MORGAN, G. Organization Theory and Consumption in a Post-Modern Era. *Organization Studies*, 1991, p. 211-234.

LECHAT, N. M. P. Economia Moral. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 96-101.

LISBOA, A. M. Empresa Cidadã. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 143-149.

_____. *Empresa Cidadã: Nova Metamorfose do Capital?* In: Caderno Outros Valores, nº1. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2000.

_____. Mercado Solidário. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.183-192.

_____. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003 p. 242-253.

_____. Terceiro Setor. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.253-260.

MACHADO, R. A. *O Desenvolvimento do Instituto Ethos e o Campo da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

MATOS, F. G. *Ética Empresarial e Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Ceris, 2007.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PACTO GLOBAL. Disponível em: < <http://www.pactoglobal.org.br> >. Acesso em: jan. 2016.

PAULANI, L. *A Hegemonia Neoliberal*. In: Conferência: O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa, 2010, p. 35-42.

ROBERTO, A. A. *Responsabilidade Social Empresarial: Um Estudo Sobre as Maiores Instituições Financeiras Privadas no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas, 2006.

ROSANVALLON, P. *A Crise do Estado de Providência*. Lisboa: Editorial Inquerito, 1981.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 116-125.

SOUZA, H. O empresário cidadão. In: JOIA, S. (Org) *O Empresário e o Espelho da Sociedade*. Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

TEIXEIRA, J. P. *O Ethos das ONGs: a Emergência do Terceiro Social*. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

TORRES, M. M. *Cidadania do Capital? A Intervenção Social das Corporações Empresariais no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2012.

VIANNA, M. L. T. W. *A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: UCAM, 1998.

VICENTE, M. M. A Crise do Estado de Bem-estar Social e A Globalização. In: VICENTE, M. M. *História e Comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 123-146.

YOUNG, R. *Novas empresas, novo capitalismo: Um novo modelo de empresa para um novo capitalismo*. Site Ideia Sustentável, 2011. Disponível em: < <http://www.ideiasustentavel.com.br/2011/06/novas-empresas-novo-capitalismo/> >. Acesso em: 01/2016.